



 **PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP):** (15h14min) Havendo quórum, passamos à

ORDEM DO DIA

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Em votação, em 2º turno, o [PELO nº 003/22](#). (Pausa.) Não há quem queira encaminhar. Encerrado o 2º turno. Em votação nominal o [PELO nº 003/22](#). (Pausa.)

Nós estamos votando em 2º turno, lembrando aos vereadores que, para aprovação do projeto, são necessários 24 votos favoráveis, por ser da Lei Orgânica do Município. Esse é o da publicidade. Revoga a proibição da realização de publicidade institucional fora dos limites de Porto Alegre.

Vereador Idenir Cecchim (MDB): Sr. Presidente, só para orientação, este projeto já foi votado em 1º turno, e nós precisamos de 24 votos para essa votação no 2º turno.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): (Após a apuração nominal.) **REJEITADO** por 23 votos **SIM**; 9 votos **NÃO**.

Em votação o [PR nº 081/24](#). (Pausa.) Em votação o art. 2º, destacado, ao [PR nº 081/24](#). (Pausa.) O Ver. Roberto Robaina está com a palavra para encaminhar a votação da matéria, como autor do destaque.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Boa tarde, vereadores e vereadoras. Essa matéria, Ver. Eng^o Comassetto, que nós vamos votar agora, é a matéria que foi encomendada pelos interesses do governo para que a relatoria fique controlada pela eventual maioria parlamentar que existe na Câmara dos Vereadores. Por isso que eu fiz o destaque, para votar contra, porque a Comissão Parlamentar de Inquérito é um instrumento de minoria, é um dos poucos mecanismos que existem numa câmara municipal que garantem o poder para a minoria investigar o Executivo. A Comissão Parlamentar de Inquérito é instaurada quando se tem 12 integrantes, nós tínhamos 36, a próxima legislatura serão 35 vereadores, com 12 integrantes, portanto, com uma minoria de um terço é obrigatória a instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar, em muitas oportunidades, o próprio Executivo. E nós tivemos, neste ano, uma polêmica. Então, essa discussão não é uma discussão abstrata, ela é uma discussão ao redor de uma experiência, que foi a experiência da Comissão Parlamentar de Inquérito, que foi estabelecida nesta Casa a partir da iniciativa da minoria parlamentar. Só que a minoria parlamentar que tem condições de estabelecer uma CPI, ela não tem a maioria na CPI, porque a composição da comissão parlamentar de inquérito é estabelecida a partir justamente da proporcionalidade. Presidente Mauro, V. Exa. não está marcando o meu tempo, depois vão reclamar. Estou há um minuto falando aqui.

Então, por que esse assunto tem importância? Porque a CPI existe a partir da iniciativa da minoria, mas a composição da CPI, no caso de o governo ter maioria parlamentar, em geral, é o que tem ocorrido há muitos anos, a maioria da CPI é composta por integrantes da base do governo. E se a base do governo tem a relatoria, é lógico que a relatoria vai corresponder, não aos interesses da sociedade e da investigação, vai responder aos interesses do governo, porque uma CPI é, sim, uma instância política, ela não é uma instância jurídica. Não basta ter os argumentos e as provas numa comissão parlamentar de inquérito, tanto é assim que, concretamente, na Comissão Parlamentar de Inquérito que nós tivemos aqui durante este ano, o relatório foi muito inferior, foi muito aquém

da investigação e das descobertas levadas adiante pela própria investigação da Comissão Parlamentar de Inquérito. E essa proposta da Mesa, que está agora sendo submetida à votação, é a proposta que prevê que o relator será escolhido pelos integrantes da CPI. Logo, o relator será escolhido por uma maioria que não corresponde necessariamente aos anseios de quem impulsionou a comissão parlamentar de inquérito, que, em geral, é a pessoa que pediu que ela seja constituída, que, em geral, é o primeiro signatário que vira presidente da CPI. É isso que nós estamos votando neste último dia. Nós tivemos uma polêmica aqui durante a Comissão Parlamentar de Inquérito, o Mauro Pinheiro disse que a Justiça deu ganho de causa à ideia de ser votado pelos integrantes da CPI, mas a Justiça deu ganho de causa porque a Justiça não quis se intrometer nos assuntos internos da Câmara. Não porque a Justiça entrou no mérito de ser mais democrático ou não. Nesse caso, o que é aparentemente mais democrático, que é a escolha do relator a partir do voto direto de todos os membros da CPI, é, na verdade, o controle do governo sobre a relatoria. E é isso que ocorreu nessa Comissão Parlamentar de Inquérito da SMED. Apesar disso, a comissão funcionou, é verdade, apesar disso nós conseguimos produzir resultados. Assim, é lógico, se a proposta for aprovada, isso não vai impedir que nós possamos investigar e ter resultados, apenas vai dificultar esse trabalho. E eu acho que a Câmara dos Vereadores deveria, pelo menos deveria, não é o que ocorre, facilitar e apoiar os trabalhos de investigação; não como ocorre normalmente, onde a maioria da Câmara, em geral, trabalha obstruindo e não investigando. Eu já tive experiências nessas comissões parlamentares de inquérito e vi que essa foi a realidade. E a CPI da SMED provou isso. Felizmente, apesar do boicote, apesar da obstrução, nós tivemos ótimos resultados. Obrigado.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Só quero dizer ao Ver. Robaina que, nos anos de 1988, 1992, 1996 e 2000, Ver. Cecchim, o prefeito de Porto Alegre era da Frente Popular, era do PT, e as CPIs tinham o presidente da oposição e os relatores eram indicados pela maioria que compunha o governo. Então, a história diz que, desde sempre, foi assim. Então, não é uma questão

político-partidária que vai mudar o Regimento; a história diz que sempre foi assim.

O Ver. Claudio Janta está com a palavra para encaminhar a votação do art. 2º, destacado, ao PR nº 081/24.

VEREADOR CLAUDIO JANTA (SOLIDARIEDADE): Sr. Presidente, membros desta Casa, público que nos assiste nas galerias, através da TV Câmara, bem como os que nos ouvem pela nossa Rádio Câmara, assim como em todas as plataformas, eu acho que o Ver. Robaina ficou hibernando nessa questão de composição da CPI, com todo o respeito que eu tenho ao colega e à amizade que nós temos. Porque desde que aqui cheguei, com relação às CPIs, sempre quem decidiu foi o que foi votado no plenário. Foi assim na CPI da Procempa, quando o Ver. Mauro Pinheiro foi o presidente e eu fui eleito o relator da CPI; foi assim na CPI da Telefonia, quando eu fui o proponente da CPI e fui eleito no plenário; foi assim na CPI da Juventude. Sempre esse plenário, por Regimento Interno e por Lei Orgânica, é a maioria, ele que decide. Seria um golpe realmente da Mesa Diretora se estivesse dizendo que o presidente também iria ser votado, e esse golpe eu já tomei em uma frente parlamentar sobre o transporte em Porto Alegre. Cheguei lá e tomei um golpe. Eu era o proponente e, automaticamente, seria o presidente, mas virei vice-presidente consolação, porque tinha um segundo vice-presidente – foi a primeira vez que vi isso na história da Câmara. Aquilo foi um golpe, mas aqui não está sendo mudado o proponente, é direito das minorias de apresentar a CPI, isso já é um grande ganho e traz para a discussão. E o que a gente viu nas CPIs desta Casa – sem falar do Congresso, da Assembleia Legislativa – é que tem o relatório oficial da CPI, nós vimos isso na última, agora da Educação, o senhor apresentou um relatório paralelo, como se fala. Presidentes já apresentaram relatórios paralelos das próprias CPIs que eles presidiram: “Não tem ninguém para fazer, eu vou fazer o relatório.” Já fizeram isso.

Então, o relatório pode ter o oficial, que foi o que aconteceu na CPI da Educação, e outros relatórios de quem achar procedente e for contrário ao

encaminhamento que está sendo dado. Eu admiro V. Exa., tenho um carinho especial, mas, nesse tema, o senhor estava hibernando, porque, em várias CPIs nesta Casa, seja qual for a parte que tinha mais força, o encaminhamento foi feito e, então, foi eleito o relator. E, Ver. Robaina, o senhor estava nesta Casa quando foi feita a última CPI, a que concluiu sobre o Marchezan, e o relator, o presidente e o vice foram definidos por sorteio. Foi por sorteio, né? Foi por sorteio.

Então, a política permite à maioria, claro, que se sobreponha à minoria, mas a CPI garante a expressão, a palavra, a investigação das minorias. A questão de eleger o vice-presidente e o relator no plenário, eu não vejo nenhuma afronta à cidade de Porto Alegre e às minorias. Eu vejo colocar no papel uma regra que já é adotada nesta Casa e há muito tempo é feito assim. Quando há um consenso, há um consenso. Quando não há, o senhor mesmo, na última, disputou a relatoria, na qual eu votei no senhor, se eu não me engano. O senhor disputou e perdeu, mas apresentou o seu relatório, assim como todos os outros apresentaram em todas as diversas CPIs que ocorreram nesta Casa. Seria isso, Sr. Presidente. Muito obrigado.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Claudio Janta, o art. 2º, destacado, ao PR nº 081/24. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADO** por 21 votos **SIM**; 10 votos **NÃO**.

Registro a intenção da Ver.^a Cláudia Araújo em ter votado “sim”.

Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Pedro Ruas, o PR nº 081/24. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADO** por 22 votos **SIM**; 9 votos **NÃO**.

Em votação o [PLL nº 087/24](#). (Pausa.)

Vereadora Comandante Nádia (PP): Presidente, muito rapidamente, dizer para os colegas vereadores que o pedido de denominação da Praça Brigadeiro Nero Moura partiu da Aeronáutica; no entanto, eles pensaram melhor e pediram para ser revogado o nome dessa praça, pois eles pretendem colocar

um monumento, então o projeto será diferente. Eles vão fazer um projeto do monumento, vão apresentar à SMAMUS, vão apresentar para a Cultura, para depois vir a esta Casa. Peço que os colegas, como foi um pedido da própria pessoa que solicitou o nome do logradouro, votem “sim” a este projeto, pois eles não tem intenção de manter com este nome. Não é algo da vereadora, não é algo que vá trazer insegurança jurídica porque nós não estamos, assim como no caso da Av. Castelo Branco, inventando coisas aqui. É o pedido exatamente de quem solicitou o nome do logradouro. Obrigada.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Só para complementar, a Ver.^a Nádia está dizendo que é pedido da Aeronáutica que se revogue esta lei. Nós precisamos de 24 votos para a revogação da lei. É um pedido exatamente de quem solicitou o nome do logradouro.

(Após a apuração nominal.) **REJEITADO** o PLL nº 087/24 por 22 votos **SIM**. Precisávamos de 24 votos, por isso está rejeitada a matéria.

Em discussão o [PLE nº 044/24](#). (Pausa.) O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra para discutir a matéria.

VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB): Vereadores tanto da oposição quanto da situação, isso é um ajuste que a Caixa Econômica Federal pede para fazer, então acho que pode ser votado por aclamação.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Encerrada a discussão. Em votação o PLE nº 044/24. (Pausa.) O Ver. Engº Comassetto está com a palavra para encaminhar a votação da matéria.

VEREADOR ENGº COMASSETTO (PT): Presidente Mauro Pinheiro, meus colegas vereadores e vereadoras, eu vim aqui falar sobre este projeto do Executivo que autoriza o Executivo Municipal a contratação de R\$ 510 milhões do Programa de Aceleração do Crescimento, do Governo Federal – PAC; para dizer que estes R\$ 550 milhões, que, na verdade, aqui são R\$ 510 milhões, mas

tem mais R\$ 40 milhões que já estão destinados para refazer o sistema de proteção da cidade de Porto Alegre. E eu faço questão de vir aqui falar em nome da nossa bancada e dizer que tudo que o Governo Federal do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, e aqui no Rio Grande do Sul, sob o comando do ministro Paulo Pimenta, Ver.^a Fernanda Barth, foi realizado e está sendo cumprido, e está sendo destinado para o Rio Grande do Sul. Já foram destinados na totalidade R\$ 110 bilhões, nossa próxima vereadora, Juliana, que muito nos honra aqui com a sua presença. E, para Porto Alegre, foram destinados dos recursos da calamidade, que vêm através do PAC, que vêm através do Compra Assistida, que vem através do recurso do R\$ 5.100,00, foram destinados, Ver. Pedro Ruas, para Porto Alegre R\$ 11 bilhões. Isso significa um orçamento integral da cidade de Porto Alegre, que vem para investimento. E eu dizia, há poucos minutos, aqui para o nosso ex-colega, Ver. João Carlos Nedel: só para habitação tem recursos de R\$ 1 bilhão para construir 5 mil unidades habitacionais novas – e esperamos que dessa vez o DEMHAB faça habitação, porque nessa gestão ele fez zero habitação. Então, esse recurso que votaremos favorável, assim como fizemos em todas as políticas públicas que favorecem a cidade de Porto Alegre. E eu citei a Juliana que está aqui, que é a nova vereadora da nossa bancada, junto com o Alexandre Bublitz, que aqui ali está, que este Parlamento precisa fiscalizar de perto esses recursos para eles realmente serem aplicados. Porque é o sistema de proteção da cidade de Porto Alegre, do qual tive o prazer de, na década de 1990, ser o gestor, e cuidava daquilo como um relógio suíço, e ele funcionava. As comportas foram abandonadas, foi onde vazou a primeira água. Não foi pela intensidade da enchente, foi, Ver. Tessaro, o senhor já foi vereador e sabe, pela falta de manutenção e pela destruição do Departamento de Esgotos Pluviais. Inclusive vamos deixar aqui como herança para a próxima gestão uma proposta de projeto para recriar o Departamento de Esgotos Pluviais da cidade de Porto Alegre. Então, Ver. Jessé, para que a atual situação de Porto Alegre e oposição ao governo Lula não saia por aí dizendo que é mentira que o Governo Federal está destinando para Porto Alegre R\$ 11 milhões, e para o sistema de proteção, R\$ 550 milhões, e este projeto autoriza o Município a contratar com a

Caixa, R\$ 510 milhões para refazer o sistema de proteção e refazer as casas de bombas, que das 24, metade ainda não está funcionando. A nossa sorte é que não veio outra intempérie com a intensidade que se viu, pois neste momento alagaria a cidade de novo, depois de sete meses do ocorrido. O Governo Federal está cumprindo destinando R\$ 550 milhões para o sistema de proteção de Porto Alegre, e para a Região Metropolitana, mais R\$ 7,2 bilhões para refazer o sistema de proteção de Eldorado do Sul, Alvorada, Gravataí, Canoas, Esteio, Sapucaia do Sul, São Sebastião do Caí, São Leopoldo e Novo Hamburgo. Todas essas cidades estão contempladas com o sistema de proteção R\$ 7,2 bilhões. E aqui votamos neste momento, autorização para o Município contratar esses R\$ 510 milhões de recursos do Governo Federal, do PAC da Reconstrução. Muito obrigado.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Em votação o PLE nº 044/24. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Em discussão o [PLCE nº 021/24](#). (Pausa.) Não há quem queira discutir. Em votação. (Pausa.) O Ver. Roberto Robaina está com a palavra para encaminhar a votação da matéria, pela oposição.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Boa tarde, Ver. Mauro Pinheiro. Eu queria chamar a atenção dos vereadores, também dos vereadores da oposição, para o que nós estamos votando agora. Nesse último dia de sessão do ano, o governo veio com a... O Ver. Engº Comassetto que estava falando sobre a reconstrução de Porto Alegre, o governo veio com esse projeto, que é um projeto que prorroga por um ano o escritório de reconstrução – mais um ano –, um escritório que já foi questionado por nós quando foi montado, porque a utilidade desse escritório foi sempre muito vaga. O governo não foi capaz de explicar realmente que solução prática para a cidade de Porto Alegre a criação desse escritório nos aportava, exceto, e é isso que nós denunciemos na época, a criação de cargos de confiança e o aumento salarial de alguns funcionários

próximos, mais próximos ao Executivo. Então agora, só em termos de previsão orçamentária, esse escritório ser prorrogado por mais 12 meses, só os cargos de confiança vão ter como impacto, o valor que vão receber, de R\$ 3.462.000 durante o ano. Três milhões. Olha, o governo faz o tempo inteiro discurso de ajuste que não tem recursos, mas para garantir 12 cargos de confiança que não mostram nenhum serviço prático, real, efetivo no projeto de reconstrução, aí aprovam rápido. Fora, além dos 12 cargos de confiança, média salarial de R\$ 20 mil cada um, tem os cargos dos servidores, mesmo. Eu acho que isso é um problema, é uma política do governo que não é uma política de reconstrução, é uma política para ajeitar seus interesses políticos e partidários, para distribuir cargos de confiança, para ter mais 12 cargos de confiança, para aumentar os salários de alguns servidores. Os servidores que atuam normalmente na cidade são capazes de fazer isso, os arquitetos, os engenheiros são capazes de fazer isso. Não tem nenhuma necessidade de mais 12 cargos de confiança, nenhuma necessidade. O governo não demonstra isso. Então, realmente, é isso que nós estamos aprovando com essa proposta do governo. Eu não vou aqui entrar, inclusive a gente sabe que tem funcionários que têm uma posição política mais próxima, eu não sei. Tem um funcionário aí que está dentro do... Seria bom, inclusive, o governo explicitar o Dalmiro Zucco, por exemplo, ele é servidor, ele não é cargo de confiança, está dentro do Escritório da Reconstrução, aumenta o salário em função disso. Não sei se é parente do deputado, se é parente do deputado Zucco, está dentro do Escritório da Reconstrução. O governo poderia nos explicar, tecnicamente, quem são as pessoas, o que elas estão fazendo, qual é a utilidade para a cidade, quais são os arquitetos que estão recebendo uma remuneração maior, quem são os cargos de confiança que estão trabalhando, que agora necessita de mais um ano, eles recebendo R\$ 20 mil reais cada um. O governo podia apresentar pelo menos um relatório, no mínimo um relatório, do trabalho que foi feito. Não, o governo apresenta simplesmente que “vamos criar por 12 meses mais o escritório da reconstrução, vamos gastar mais R\$ 3 milhões para sustentar 12 cargos de confiança, vamos aumentar os salários de alguns servidores que são mais próximos do governo”, quando nós

temos servidores nas secretarias que podem, de modo muito competente, realizar os serviços, e simplesmente a Câmara aprova. E a Câmara aprova, porque tem uma maioria do governo, tem uma maioria do governo, faz a vasta distribuição de cargos, a distribuição de cargos da Câmara, a distribuição de cargos do governo e aí aumenta um pouquinho mais os cargos também no Escritório da Reconstrução, e a Câmara vota. Essa é a Câmara dos Vereadores, que nós temos, infelizmente. Eu proponho o voto contra esta proposta.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PT): O Ver. Pedro Ruas está com a palavra para encaminhar a votação do PLCE nº 021/24.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Muito obrigado, Presidente Mauro Pinheiro, vereadoras, vereadores e público que nos dá a honra, estando nas galerias e também pela TVCâmara; eu sigo na linha em que o líder da oposição, Roberto Robaina já deu início, porque nos constrange, isto aqui não tem limite, essa questão de cargos do governo não tem limite, é uma coisa sem fim. São cargos, cargos em cada lugar, o governo tem uma variedade imensa de cargos no próprio Executivo, teve toda essa discussão aqui que nos deixou excluídos, inclusive, de ter, mesmo com um terço no ano que vem, a presidência da Casa, em várias situações, e aí o governo quer contratar para cumprir essa obrigação. É como contratar – é como contratar – para ser governo municipal. Como assim? Mais de R\$ 20 mil cada CC e são 12 CCs, mas por quê? Qual é o sentido disso, Ver. Alex Fraga, já que o governo está ali para fazer esse trabalho? Aí ele contrata alguém para fazer esse trabalho, pagando regimento. O problema não é este exatamente de quanto vale um profissional, é a necessidade ou não de um profissional, essa é a discussão. E quem são essas pessoas? Então isso é para nós, Ver. Cassiá Carpes, que me honra com a sua atenção, é muito importante, são R\$ 20 mil para cada CC de funções que são do governo. A reconstrução é do governo, não se sabe de nenhuma outra situação em que o governo federal ou os governos estaduais ou os governos municipais precisem contratar para fazer as suas próprias funções. E é o que se exige aqui,

que o governo, Ver. Conceição, governe Porto Alegre e realize as mudanças, realize as arrumações que são necessárias. Eu peço que segure o meu tempo aí, Presidente Mauro, eu vou aguardar a fotografia. (Pausa.) Não, eu vou aguardar. Eu vou aguardar a fotografia terminar. Segura o meu tempo, Presidente. Não, segura o meu tempo aí, Presidente.

(Apartes antirregimentais.)

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Não, se tem... Terminou a foto? Não, se terminou a foto, então, eu posso continuar, Presidente.

Então, eu quero continuar dizendo, para os que estavam ouvindo, que nós não temos condições de aceitar, aceitar que 12 CCs, ganhando mais de R\$ 20 mil sejam recontratados, que agora é uma recontração, no momento em que já não há necessidade premente, como havia, e acho que houve um momento nesse sentido, sim, é verdade. Agora, não é mais esse momento. O governo municipal tem condições, tem estrutura, tem técnicos, tem conhecimento suficiente para fazer esse trabalho. Por isso, obviamente, o pessoal encaminha contra. Muito obrigado, Presidente.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): O Ver. Jonas Reis está com a palavra para encaminhar a votação do PLCE nº 021/24.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Povo de Porto Alegre que acompanha esta sessão, vejam só como é o governo: disseram que não tinha dinheiro para dar a isenção de IPTU de no mínimo dois anos para as pessoas atingidas pela enchente, mas acharam milhões de reais para dar a alguns indicados políticos do governo Melo. É importante lembrar que esta semana aqui também acharam dinheiro para dar aos empresários de ônibus. Ou seja, quando o prefeito sai por aí dizendo que não tem dinheiro, vai nos bairros e diz que cobertor é curto, está aqui a Unidade de Saúde Jenor Jarros pedindo uma cadeira de dentista. Sabe por que não tem uma cadeira de dentista na Unidade

de Saúde Jenor Jarros, lá na Zona Norte? Porque tem milhões para isenção de impostos, milhões para salários robustos do escritório que nada entregou. É bom para a comunidade do Jenor Jarros que está aqui reivindicando justamente serviço de odontologia, que a gente luta nessa cidade. Existe unidade de saúde, mas não tem dentista, não tem cadeira de dentista. É por causa disso. Porque o dinheiro do contribuinte é usado para engordar salários de indicados políticos. É o que querem fazer neste projeto. E nós não podemos concordar com isso, porque se fosse um trabalho que estivesse sendo entregue à população, mas não foi. Nós temos unidades de saúde ainda agora colapsadas, escolas colapsadas, bocas de lobo entupidas. Não veio para cá um projeto, Ver. Oliboni, para nomear servidores no DMAE, Eng^o Comassetto! Coisas que a gente cobra, pois há 2.596 cargos vagos no DMAE, que não são preenchidos. Sabem por que não são preenchidos? Porque o dinheiro tem que entrar na gibeira dos indicados políticos. Essa é a realidade dura e difícil de conviver. Porque o cidadão busca uma vaga em escola e não tem, porque eles não podem construir escolas. Eles não trazem para cá um projeto de construção de creches. Doze mil pessoas procuram vagas na educação municipal e não encontram porque o dinheiro tem que ser reservado, ou para isenção de impostos aos poderosos do transporte, ou para alguns CCs, que eu nem sei quem são. Nós vamos na busca de quais são os nomes que estão lá e se estão dando expediente. Se realmente fizeram, eu quero relatório, até agora não apresentaram. Ninguém veio na CUTHAB apresentar o relatório das ações do escritório, nem aqui. Está aberto aqui, toda segunda e quarta-feira. O secretário não está nem aí para a Câmara de Vereadores. Não prestam contas, não têm nem transparência. E aí, vêm aqui pedir o voto dos 36 vereadores para essa vergonha? É inadmissível. A cidade colapsou no 4º Distrito porque não havia servidores. Não é um projeto para mais servidores, não é um projeto para mais engenheiros, não é um projeto para captar recursos. Há municípios que estão construindo escolas novas, que captaram recurso federal e o prefeito lá não criou escritório, o prefeito foi trabalhar, ele foi captar recurso, ele foi a Brasília, vários municípios, inclusive governados pela direita. Olha só, o vereador do PT!

(Aparte antirregimental.)

VEREADOR JONAS REIS (PT): É, estou dizendo que quem trabalha traz recurso, quem não quer trazer recurso só sobra engordar salário de uma casta. Criam uma casta. É triste saber que, no apagar das luzes do último ano dessa legislatura, mais uma vergonha colocada em votação. E o cidadão não pede isso, Prefeito Melo, eles não pedem isso para a Vossa Excelência; eles pedem educação, saúde, trabalho e V. Exa. apresenta aqui de novo uma injeção de recursos para meia dúzia de pessoas. Isso é triste, é triste saber que a nossa cidade não tem de fato a construção do direito à cidadania.

(Aparte antirregimental.)

VEREADOR JONAS REIS (PT): O Ver. Jessé está perguntando sobre o meu tempo. Eu tenho ainda um minuto, porque não foi apertado o botão para contar os cinco minutos. Está contando para cima, não está contando para baixo, regressivamente, então V.Exa. preste atenção no plenário antes de levantar o dedo para falar para o Presidente. Está há quatro anos aqui e não aprendeu, pelo amor de Deus!

Então, continuando, nós precisamos de políticas públicas ao povo de Porto Alegre, como saneamento de verdade. Não tem um projeto que esse escritório de reconstrução fez, vereador Comassetto, para habitação de interesse social. Há uma demanda reprimida de 70 mil moradias e esse escritório não criou nenhum projeto com recurso próprio. Tem mais de R\$ 50 milhões parados na Secretaria de Habitação por falta de projeto. Então, o que adianta prorrogar uma coisa que não funciona, que não entrega para a cidade? Melhor seria pegar esse dinheiro aí, esses milhões, e transformar num abono para quem está trabalhando; tem engenheiros trabalhando, tem assistentes sociais, monitores da FASC, ajudando as pessoas desabrigadas até hoje da Ilha da Pintada, então, que ajudasse esse dinheiro a fazer política real e não isso. Então,

não venham com projetos de encenação, porque nós estamos aqui para mostrar a verdade ao povo e a verdade é que viram as costas aos mais sofridos para criar salários altíssimos, de mais de R\$ 20 mil. Isso é escandaloso, isso é triste, isso é deprimente.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): O Ver. Moisés Barboza está com a palavra para encaminhar a votação do PLCE nº 021/24.

VEREADOR MOISÉS BARBOZA (PSDB): Serei sucinto, Presidente Mauro, colegas. Eu pedi para falar aqui porque o vereador que me antecedeu esqueceu totalmente a coerência, esqueceu totalmente o critério. Por que eu digo isso? Gente, negar que a gente está em um período de reconstrução é um crime com as pessoas, não é um crime com o governo. Na mesma semana em que o governo federal, do seu partido, o PT, anuncia que vai ter a Casa do Governo para tratar da reconstrução aqui do Estado do Rio Grande do Sul, que vai ter estrutura para cuidar disso, ser contra a prorrogação para que o Município de Porto Alegre tenha, sim, técnicos capazes de buscar recursos para ajudar na reconstrução? Ter um discurso demagógico, querer atrelar isso à isenção do IPTU? Gente, é só discurso, é só... Gente, coerência. Eu só peço coerência. Ali, em São Leopoldo, onde o PT sofreu na sua administração, pergunte para o prefeito do PT se eles não precisam de estrutura para a reconstrução. Ou será que, só porque ali é a administração do partido do PT, o vereador que me antecedeu vai dizer que lá também não precisa? A dor do povo, da população, não tem filiação partidária ou campo ideológico. Nós precisamos, sim, buscar muita estrutura, muitos projetos, para ajudar a reconstruir a nossa cidade, o nosso Estado e o nosso País. E eu apoio isso, mesmo que o administrador seja do PT, do PSOL ou do PSDB. Por isso, nós aqui votaremos a favor, porque aqui a administração não é do PSDB, é do MDB. Mas o que nos importa não é isso; o que nos importa é buscar a reconstrução para o povo de Porto Alegre. Não importa que partido ou que campo ideológico esse porto-alegrense ou essa porto-alegrense tenha. Obrigado, Presidente.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra para encaminhar a votação do PLCE nº 021/24, pelo governo.

VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB): Sr. Presidente, senhoras e senhores vereadores, quando a gente escuta e assiste aqui o Ver. Roberto Robaina, Ver. Jonas Reis e o Ver. Pedro Ruas, meu amigo, a base já sabe como votar: ao contrário do que eles pedem o voto aqui. Ora, falar que não tem prestação de contas, o secretário Germano Bremm veio aqui, veio aqui na Câmara. Ou o senhor não estava aqui, Ver. Robaina? Veio aqui, explicou, deu relatório do que foi feito, o que precisava fazer, tudo detalhado, detalhado, com uma capacidade enorme que o secretário tem. Então, não é essa falta de transparência. O escritório de reconstrução é importantíssimo. Esses funcionários, esses servidores que se dedicam além do normal, além do expediente, na maioria das vezes, não podem pagar o pato porque o Ver. Jonas quer contratar todo mundo para pagar o Simpa. Não, nós queremos pessoas competentes, e nós temos muitos aqui, muitos. O escritório de reconstrução é formado por profissionais competentes que prestam um enorme serviço para a cidade de Porto Alegre e não estão aqui a serviço do sindicato, estão aqui a serviço da cidade. A reconstrução precisa, necessita e quer o trabalho desses profissionais competentes. Nós precisamos fazer a reconstrução de uma forma muito competente, e nós temos esses funcionários que o fazem. Fazem com competência, com dedicação, e posso dizer aqui, com amor, para ajudar a reconstruir a cidade. Então, esse projeto é importante, muito importante. Eu peço a todos os vereadores de boa vontade, que gostam da cidade de Porto Alegre, que votem “sim”. Votem “sim” para o bem da cidade e para continuarmos a reconstrução de Porto Alegre. Todos nós queremos isso, todos os vereadores de boa vontade querem isso. Por isso, eu peço o voto de cada um, pode ser da oposição. Quem tem boa vontade, vota. Obrigado.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Em votação nominal, solicitada pelos vereadores Prof. Alex Fraga e Roberto Robaina, o PLCE nº 021/24. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADO** por 20 votos **SIM**; 9 votos **NÃO**.

Vereador Idenir Cecchim (MDB) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito a alteração da ordem da priorização de votação, para que possamos, imediatamente, passar à discussão e votação do PLE nº 047/24 e do PLE nº 045/24.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Em votação o requerimento de autoria do Ver. Idenir Cecchim. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**.

Em discussão o [PLE nº 047/24](#). (Pausa.) Não há quem queira discutir. Em votação. (Pausa.) O Ver. Giovanni Culau e Coletivo está com a palavra para encaminhar a votação da matéria.

VEREADOR GIOVANI CULAU E COLETIVO (PCdoB): Presidente, encaminho do microfone de apartes porque, ainda que rápido, entendo que uma votação como esta não poderia ocorrer sem que fizéssemos uma importante discussão. Porto Alegre, recentemente, fez um concurso para professores e professoras para a rede municipal de ensino, e essa é uma demanda que nós acompanhamos ao longo de todo o ano. Lá no Extremo-Sul de Porto Alegre, por exemplo, na EMEF Chapéu do Sol, boa parte do ano, as crianças da comunidade precisavam voltar para casa pela ausência de quadro completo de docentes. Há uma lista hoje de professoras e professores aprovados no concurso realizado pelo Município. Agora, o governo aponta uma contratação temporária e, vejam bem, utilizando a lista de professoras e professores aprovados em concurso. O entendimento da bancada do PCdoB é que o encaminhamento adequado por parte do Executivo é garantir a nomeação de professores que a cidade precisa; fizeram um concurso, foram aprovados e aguardam a nomeação. É uma espécie

de driblar, junto a esses professores e professoras, não os nomear e, agora, buscar contratá-los de forma precária, porque é um contrato de trabalho precário. Isso preocupa a bancada do PCdoB, e, por isso, reafirmamos aqui o nosso pedido e solicitação que o concurso seja respeitado. Esse seria o encaminhamento que valorizaria, de fato, professores e professoras da rede municipal de ensino. Muito obrigado.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra para encaminhar a votação do PLE nº 047/24, pelo governo.

VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB): Já que o Ver. Culau usou este microfone, eu vou usar também. Dizer que o concurso será respeitado, sim; ele está em andamento e nós precisamos ter essa contratação para não acontecer mais isso que ele reclamou aqui, que na Zona Sul faltava professor. Não faltará mais professores se eles votarem, se o PCdoB, inclusive, votar, porque ele concordou em votar esses projetos desde que se retirasse o outro, que nós retiramos. Ver. Culau, o senhor tem que aprender a respeitar os acordos aqui de plenário.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): O Ver. Prof. Alex Fraga está com a palavra para encaminhar a votação do PLE nº 047/24.

VEREADOR PROF. ALEX FRAGA (PSOL): Boa tarde, senhoras e senhores; agradeço aos membros da minha bancada, bancada do PSOL, por poder fazer o encaminhamento pelo nosso partido – Ver.^a Karen Santos, nossa líder, e colegas Pedro Ruas e Roberto Robaina. Senhoras e senhores, a prática de contratos temporários tornou-se corriqueira aqui no município de Porto Alegre. Quando eu entrei aqui, pela primeira vez, em 2015, não havia essa prática, e ela foi instituída e tornou-se usual. Eu nunca votei contrariamente à contratação de professores e professoras temporários, visto que a necessidade de preencher o RH para atendimento às nossas crianças e aos nossos jovens é

fundamental, é garantia de direito à educação, que é direito humano, que é direito constitucional e assegurado pela LDB. Porém, nós temos aí um concurso em vigência em que muitos profissionais estão aguardando, há muitos anos, o chamamento. E mesmo aguardando há muitos anos, são contratados anualmente professores e professoras temporárias para preenchimento dessas vagas. Professores de geografia, por exemplo, todos os anos temos contratos temporários para professores de geografia, e temos uma lista que ainda não se esgotou. Conversei anteriormente com a Lu Xavier, que é da assessoria da SMED, que disse que vai haver um movimento por parte da Secretaria Municipal de Educação para fazer o esgotamento dessa lista de aprovados no concurso. Mas, infelizmente, ao longo de todo este ano, com um déficit enorme de RH nas nossas escolas, e todas as escolas que eu visitei esse ano tinham déficit de professores e professoras, todas, nós temos a suspensão do concurso que seria feito dia 15 de dezembro. Quando vai ocorrer? Não foi definida ainda a nova data do certame. Eu acredito que seria muito mais significativo como forma de uma resposta política por parte do Executivo municipal, que se fizesse um movimento para o chamamento daqueles que já foram aprovados, se esgotassem as vagas e, se não houver mais nenhum professor e professora em lista de espera, aguardando o chamamento, que se fizesse a contratação temporária. Portanto, neste momento, eu encaminho, em nome da minha bancada, o voto contrário à contratação de novos professores temporários enquanto não houver o chamamento de todos aqueles profissionais que estão aguardando, há muitos anos, para ingressarem nos quadros docentes do Município de Porto Alegre. Agradeço a atenção de todos e todas.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): O Ver. Jonas Reis está com a palavra para encaminhar a votação do PLE nº 047/24.

VEREADOR JONAS REIS (PT): O povo de Porto Alegre acompanhou, durante quatro anos, o desastre na educação municipal. Devem mais de 30% de reposição salarial aos professores e agora querem contrato

temporário para poder descartar, para poder fechar escolas. É uma sinalização ruim. Não bastou uma secretária na cadeia! Não basta. Um empresário, megaempresário, foi preso! Duas assessoras do governo Melo na cadeia! Tudo escândalo da SMED. Aí, aqui afastaram o vereador – filho do prefeito! Também investigação da polícia na SMED. E eles vêm aqui, com tranquilidade, debochar do povo pedindo contrato temporário. Nós queremos educação permanente, trabalho permanente! Fizeram concurso público, pegaram o dinheiro da inscrição das pessoas, a Prefeitura pegou o dinheiro da inscrição e aí não nomeia, não chama os professores. Aí fazem o desrespeito de ligar aos professores pedindo contrato temporário. Essa é a ligação da SMED do governo Melo: “Olha só, você está, mas nós temos um contratinho temporário para você, que você pode ficar 15 dias, um mês, dois. E se a gente gostar da sua cara, vamos ficar até um ano, mas depois é tchau, tchau, viu? Pelo amor de Deus! Educação é um direito. Como pode 12 mil pessoas procurando vagas e não tem? Disseram que iam mandar para cá uma lei criando cargos, porque, criando as vagas de professores fariam novas escolas. O Melo prometeu em 2020 e não cumpriu, porque ele não cumpre. A promessa de campanha lá, ele repetiu agora, dizendo que vai fazer mais educação. Ele troca de seis em seis meses os cargos da SMED, não tem continuidade, não tem uma construção real do respeito à cidade, do respeito aos professores que fizeram concurso. Pelo amor de Deus, eu peço a vocês, respeitem um pouquinho só a nossa educação pública. Paguem o que devem ao magistério, as monitoras com 30% de redução salarial. O prefeito vai saltar de R\$ 22 mil para R\$ 35 mil de salário em janeiro, mas ele não fala em pagar o reajuste da inflação, sequer isto este ano. E quer agora fragilizar mais uma vez o trabalho pedagógico com contratos precários. Sabe o que acontece, cidadã, cidadão que está nos ouvindo? O professor contratado, ele faz concurso para Canoas, para Viamão, para Alvorada, Novo Hamburgo, São Leopoldo, e ele vai aonde tem concurso, faz para o governo estadual, ele vai aonde tem concurso, onde ele sabe que vai chegar no final do ano e ele vai ter paz, porque ele vai ter emprego. E o contrato temporário não tem paz, todo dia ele vai para a escola e não sabe se vai ser demitido ou não. Porque o governo pode decidir, criar mais

CCs, aí vai faltar. Aí eles vão dizer assim: “é, esse ano a turma fica sem matemática, não tem problema, não vamos nomear professor de matemática. Esse ano fica uns meses sem português e assim vamos mesclando.” É assim que tratam o filho da trabalhadora, do trabalhador matriculado na escola pública, com vínculos frágeis. Eu, sinceramente, queria entender a falta de planejamento, porque não dá, não dá, gente. Olha aqui, dia 18 de dezembro, a gente tem que ajeitar a vida da SMED do governo Melo, que não fez planejamento. Os vereadores da base do governo têm que aqui se enfileirar para votar um monte de projetos de secretários incapazes de gerir uma pasta com responsabilidade, com respeito, com diálogo. São os vereadores da base do governo aqui, nós da Casa, muitas vezes, eu já votei, Ver. Cecchim, já votei favorável a todos os projetos de contrato temporário. Votei todos que vocês apresentaram de projetos de contrato temporário para o magistério, todos, sempre aguardando gestão, aguardando administração, aguardando respeito. Agora, me desculpa, neste eu não vou, porque eu perdi a esperança de ter boa gestão, de ter gerência real na Secretaria de Educação. Acabou, esgotou. Eu já ajudei bastante, agora eu peço concurso público, por favor.

(A Ver.^a Psicóloga Tanise Sabino assumiu a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE PSICÓLOGA TANISE SABINO (MDB): O Ver. Professor Vitorino está com a palavra para encaminhar a votação do PLE nº 047/24.

VEREADOR PROFESSOR VITORINO (MDB): Boa tarde a todos. Estou aqui a uma semana, é a primeira vez que subo à tribuna, mas eu ouço tantas aberrações aqui que, às vezes, fica difícil ficar em silêncio. Eu queria muito que esse projeto fosse para votação e não falar que significa agilizar, mas ouvir professores falando absurdos aqui em cima é difícil. O contrato temporário de professores, seja do Estado ou seja do Município, é necessário, porque nem todas as áreas têm professores aguardando no banco de concursos. Esse

concurso que está vigente ainda até julho, só neste governo, foram nomeados 1.771 professores. E aí eu ouço dizer aqui que nada acontece. Eu entendo a oposição. A oposição quer o quanto pior, melhor. Esse é o objetivo deles. A gente percebe, quando a gente estava discutindo agora há pouco aqui o escritório de reconstrução. Eu acho que eles não estão vendo o que está acontecendo na cidade, ou não querem ver, mas o bom é que a população vê. É por isso que a população, 62% da população votou e reelegeram o prefeito Melo. Deve ser porque ele está fazendo um péssimo trabalho. A educação em Porto Alegre, no Município, os professores bem remunerados. Se o IDEB – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – está ruim, não é por má remuneração. Minha gente, eu conheço muitos professores contratados no Município e estão se preparando para fazer o concurso, que vai acontecer logo agora, em seguida, que foi adiado de dezembro para se incluir uma prova de didática. Eu tenho certeza de que o Prof. Alex concorda com isso. Claro que ele não vai falar isso aqui no microfone, porque seria concordar com o governo. Então, minha gente, o problema é essa política de circo. Esse é o problema. As pessoas não estão preocupadas com a educação, não estão preocupadas com as crianças, muito menos com os professores, estão preocupados somente com a corporação, estão preocupados em fazer discurso para o seu público. Se o governo de Porto Alegre fosse do PT, eles estariam aplaudindo isso, porque existe contrato temporário em governo do PT no Brasil. Então, chega de hipocrisia. O grande problema é a hipocrisia da esquerda. Esse é o problema. Então, vamos falar sério, as pessoas estão cansadas de ser enganadas. Alguém precisa subir aqui e falar a verdade. Obrigado.

PRESIDENTE PSICÓLOGA TANISE SABINO (MDB): Mais algum vereador inscrito?

Vereador Idenir Cecchim (MDB): Senhora Presidente, só para fazer uma correção aqui. Conversei com o Ver. Culau, ele me disse que ele não pediu

a retirada do projeto e que ele não expressou a posição dele, se era a favor ou contra, e eu queria fazer esse registro, então.

PRESIDENTE PSICÓLOGA TANISE SABINO (MDB): Registrado. Em votação, por determinação desta presidência, o PLE nº 047/24. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADO** 24 votos **SIM**; 3 votos **NÃO**.

Vereador Roberto Robaina (PSOL): Presidente Psicóloga Sabino, só gostaria de deixar claro que o Ver. Prof. Alex Fraga, eu, Roberto Robaina e o Ver. Pedro Ruas, nós votamos contra, porque nós queremos que tenha concurso e que o concurso seja respeitado. Enquanto a Câmara dos Vereadores só avalizar a ideia de concursos temporários, nós vamos em um caminho que é de precarização da educação e de destruição do concurso, como nós temos visto no estado do Rio Grande do Sul. Porto Alegre está fazendo a mesma coisa, e nós não aceitamos mais isso. Não é possível mais usar o argumento da falta de professores nas escolas para não fazer concursos. Fazem as escolhas só temporárias e não fazem concursos. Isso tem que acabar. Nós não aceitamos mais isso.

PRESIDENTE PSICÓLOGA TANISE SABINO (MDB): Feito o registro. Obrigada, vereador.

Vereador Prof. Alex Fraga (PSOL): Vereadora Tanise Sabino, que preside a sessão neste momento, eu gostaria de oportunizar ao Ver. Professor Vitorino a reorganização, reestruturação da sua fala quando ele disse que os professores do município de Porto Alegre recebem bem. No edital publicado para o concurso que foi suspenso, a classe M1, que é de professores com magistério, oferece R\$ 1.700,00 mensais para os profissionais de educação, enquanto a M4, que é curso superior completo, está oferecendo R\$ 2.600,00 de salário para os professores e professoras.

PRESIDENTE PSICÓLOGA TANISE SABINO (MDB): Ok. Feito o registro.

Vereador Professor Vitorino (MDB): Eu só quero aproveitar o microfone para não retirar o que falei, mas para parabenizar a bancada do PT, especialmente o líder Oliboni, por eles terem coerência de ter votado com o governo.

PRESIDENTE PSICÓLOGA TANISE SABINO (MDB): Feito o registro.

Em discussão o [PLE nº 045/24](#). (Pausa.) Não há quem queira discutir.

Vereador Engº Comassetto (PT) (Requerimento): Sra. Presidente, o projeto é muito importante e não foi distribuído, muito menos disponibilizado seu conteúdo para que pudéssemos analisar. Eu pediria de votar um ou dois projetos antes, para que a gente possa simplesmente ler o que nós estamos votando. Não é para adiar, é antecipar a votação dos outros, deixar esse só para que a gente possa ler o projeto. Como é do tema da habitação, ele foi incluído agora, não estou pedindo para não votar, mas passar um ou dois para que a gente possa só ler o seu conteúdo.

PRESIDENTE PSICÓLOGA TANISE SABINO (MDB):

Vereador Pedro Ruas (PSOL): Presidente, talvez até se vote a favor, pois aparentemente é doação de área. Mas nos precisamos ver o projeto. Vamos suspender uns minutos para ler o projeto. Ele não estava na priorização, não foi estudado pelas bancadas, somente isso. Obrigado.

Vereadora Cláudia Araújo (PSD) (Requerimento): Solicito a suspensão da sessão por alguns minutos.

PRESIDENTE PSICÓLOGA TANISE SABINO (MDB): Estão suspensos os trabalhos.

(Suspendem-se os trabalhos às 16h39min.)

PRESIDENTE PSICÓLOGA TANISE SABINO (MDB): (16h41min)
Estão reabertos os trabalhos.

Em votação o PLE nº 045/24. (Pausa.) O Ver. Engº Comassetto está com a palavra para encaminhar a votação da matéria.

VEREADOR ENGº COMASSETTO (PT): Prezada Presidenta, quero agradecer aqui os minutos que foram concedidos para que pudéssemos tomar ciência do que é este projeto, e eu quero aqui informar a todos os 36 vereadores que este tema que está sendo trazido aqui iniciou em 1999, quando um conjunto de moradores ocupou um dos primeiros Programas de Arrendamento Residencial ali na Vila Nova, 144 casas na Atilio Superti. Na época foi feita uma negociação para que eles desocupassem esse Programa de Arrendamento Residencial que a Caixa Econômica Federal estava fazendo e o Município e o Estado assumiram compromisso de aprovar um novo projeto e destinar uma nova área. No ano 2000 eu fui conselheiro do plano diretor eleito pela região 8 de planejamento, onde o Estado ofereceu uma área para o Município realizar esse projeto. Nesta área de 15 hectares que fica na Av. Edgar Pires de Castro, 5.060. Essa área era do governo do Estado, o governo do Estado comprou, e no ano de 2001, no Conselho do Plano Diretor, nós aprovamos para dar regime urbanístico de Área Especial de Interesse Social nesta área para poder fazer um assentamento ali. Estas famílias estão desde o ano 2000 até hoje... Quando me elegi vereador, em 2004, e assumi na CUTHAB, uma das primeiras reuniões feitas foi com esta comunidade. E naquela época o governo José Fogaça fez um discurso porque a Administração Popular não tinha resolvido o problema deles naquele intervalo de 2003 a 2004, e dizendo que no Natal de 2005 eles passariam dentro de suas casas. Pois vejam bem, passou 20 anos e até hoje

não foi construído esse projeto habitacional de 144 casas. Então, neste momento, o que o governo municipal está propondo? Receber a área do governo do Estado, repassar em convênio para a cooperativa, para a cooperativa conduzir o projeto para construir as casas. É um projeto bom, teremos que aprovar independente da cooperativa. O compromisso que tenho aqui é sobre a área, sobre o terreno. Inclusive, na época, uma das lideranças era o Mauricio Melo, que hoje está no governo, é filiado ao Podemos, e com o Gil que lá conduz um conjunto de... Inclusive, Ver. Gilson Padeiro, é bom salientar aqui que a cooperativa inclusive, no outro lado que estava destinado para construir mais mil unidades habitacionais, foram lá e ocuparam. Também teriam que fazer um compromisso de desocupar para que saia o projeto na área do lado do Minha Casa Minha Vida. O governo federal tem recursos para construir essas casas, em janeiro ou fevereiro sairá um novo edital do governo federal do fundo de desenvolvimento social direcionado às cooperativas. Nesse sentido, eu venho aqui em nome da minha bancada e da oposição, agradecendo e dizer que votamos votaremos favoravelmente, mas a próxima legislatura tem que cobrar a aplicação do desenvolvimento real do projeto. Então o projeto aqui diz o seguinte: recebe a área do Estado e o Município fica autorizado a passar para a Cooperativa Habitacional Lami realizar a construção das obras aí a cooperativa Habitacional poderá ser credenciar no Ministério das cidades para receber os recursos. Muito obrigado.

Vereador Hamilton Sossmeier (PODE): Apenas para registrar que Maurício Melo não é afiliado ao Podemos.

PRESIDENTE PSICÓLOGA TANISE SABINO (MDB): Em votação o PLE nº 045/24. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Em discussão o [PLCL nº 011/24](#). (Pausa.) Não há quem queira discutir. Em votação nominal, solicitada pela Ver.^a Karen Santos, a Emenda nº

1, destacada, ao PLCL nº 011/24. (Pausa.) (Após a apuração nominal.)
REJEITADA por 18 votos **SIM**; 4 votos **NÃO**.

Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Jonas Reis, o PLCL nº 011/24. (Pausa.)

Vereador Jessé Sangalli (PL): Eu não sei se o pessoal, se os vereadores leram o projeto. Acho que alguns não leram, felizmente. O projeto principal está aprovado. Obrigado a quem votou a favor. Não entendi só o vereador TJ ali, que se absteve. Só para explicar que eu não tive oportunidade de falar da Tribuna: estamos perdendo o eventos em Porto Alegre, casamento, festa de 15 anos, aniversários, porque meia-noite é obrigado a fechar, porque a lei não permite.

(Aparte antirregimental.)

PRESIDENTE PSICÓLOGA TANISE SABINO (MDB): (Após a apuração nominal.) **APROVADO** por 21 votos **SIM**; 4 votos **NÃO**.

VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (PL) (Requerimento): Eu gostaria de retirar de tramitação a Emenda nº 01 ao PLCL nº 004/23.

PRESIDENTE PSICÓLOGA TANISE SABINO (MDB): Em votação o requerimento de autoria da Ver.^a Comandante Nádia. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)
APROVADO.

Em discussão o [PLL nº 682/23](#). (Pausa.) O Ver. José Freitas está com a palavra para discutir a matéria.

VEREADOR JOSÉ FREITAS (REPUBLICANOS): Presidente Tanise, colegas vereadores, o projeto é bem simples. Isso aqui é um pedido de todos os feirantes ali, a maioria dos feirantes, expositores ali do Brique da

Redenção. O que acontece? O escritório de licenciamento tem liberado muitos eventos e esse projeto aqui é para não perder a característica do Brique da Redenção. Então veda a concessão de licença permissão ou autorização para eventos comerciais a serem realizados no raio... O projeto original é 200 metros, mas eu fiz uma emenda passando para 30 metros, que é o suficiente. Então para não liberar eventos comerciais num raio de 30 metros do Brique da Redenção, do Arte na Praça, da Feira do Artesanato do Bonfim e da Feira de Alimentação do Brechocão. Esse projeto propõe o quê? A vedação de feiras diferentes do brique. Reforço aqui que é para não tirar a característica do nosso Brique da Redenção, que é um patrimônio não só do nosso Município e da nossa capital Porto Alegre, mas do Estado do Rio Grande do Sul, proteção à essência cultural e à qualidade dos produtos. Por quê? Porque todos os expositores ali do Brique, todos os produtos que eles expõe tem uma triagem pela Prefeitura, e os eventos comerciais, automaticamente, não. Esse projeto é importante para garantir a qualidade dos produtos do Brique, e repito, para não perder a característica do Brique da Redenção. Para expor no Brique é preciso passar por uma triagem rigorosa, todos expositores. Isso tem que ficar bem entendido: os expositores do Brique da Redenção, seus produtos, passam por uma triagem rigorosa pela Prefeitura, e os eventos que eventualmente tem sido liberado não tem essa triagem dos seus produtos garantindo que os produtos tenham qualidade e valor cultural que as outras feiras próximas não tem. E combate também a clandestinidade, pois existe muito clandestino. Tem de tudo ali! Então, esse projeto é para evitar que novos eventos sejam liberados pelo escritório de licenciamento. Eu acabei de falar agora há pouco com a secretária do escritório de licenciamento, e ela dando positivo a esse projeto aqui. Do sustento de milhares de famílias há anos do Brique da Redenção, nem precisava falar, né? Quantas são as famílias que vivem e sobrevivem ali do Brique da Redenção? E nós não podemos permitir que venha ser descaracterizado o Brique da Redenção. A emenda que tem é para que, ao invés de ser um raio de 200 metros a proibição, seja num raio de 30 metros. Era isso, senhora Presidente, colegas

vereadores, e eu peço o voto favorável dos colegas que assim entenderem. Obrigado.

(O Ver. Mauro Pinheiro reassume a presidência.)

Vereador Tiago Albrecht (NOVO) (Requerimento): Presidente Mauro, em homenagem a nossa vereadora suplente do Partido Novo que hoje está se despedindo dessa legislatura, Sâmila Monteiro, eu gostaria de pedir que o projeto dela, o PLL nº 537/21 fosse o próximo a ser votado, logo após o projeto em pauta.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Em votação o requerimento de autoria do Ver. Tiago Albrecht. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

O Ver. Adeli Sell está com a palavra para discutir o PLL nº 682/23.

VEREADOR ADELI SELL (PT): Presidente Mauro, Ver. José Freitas, nós vamos votar, eu vou votar favoravelmente a essa proposição, e eu quero salientar que o Brique da Redenção é um patrimônio cultural da nossa cidade que não pode ser detonado como tem sido ao longo dos tempos, Ver. Freitas, por atividades que afrontam o cotidiano do Brique da Redenção, competindo com as pessoas que ali expõe e vendem ao longo de suas vidas – ao longo de suas vidas. Esse Brique começou na gestão do nosso colega, Ver. Pujol. Eu fui secretário, o Cecchim foi secretário, nós tivemos dificuldades, Freitas, com várias pessoas, inclusive com grupos instigados. Eu tive inclusive, infelizmente, um processo por fazer com que se preservasse efetivamente o Brique da Redenção. Eu já tive perdas e ganhos nas minhas lutas pela normatização do cotidiano da cidade. Faz parte. É parte da minha história como faz parte também da história da cidade de Porto Alegre; as coisas tem que ser regradas, disciplinadas e as regras observadas para que não haja prejuízo de algo que foi feito ao longo de anos e é um patrimônio da cidade. Nós copiamos, em certo sentido, essa feira,

o Brique da Redenção lá da Argentina, uma experiência uruguaia e outras partes do mundo e aqui deu muito certo.

Havia uma tentativa de fazer uma feira no espaço do Parque da Redenção, nós resolvemos isso com uma lei municipal que criou o Brique na frente do Mercado Bonfim, que não atrapalha a outra atividade. Eu até acho que a proposta original, Ver. Freitas, era melhor, que se mantivesse muito mais do que 30 metros. A nossa bancada pensa em não votar na emenda e manter o texto original, nós achamos mais consequente e mais importante, acho que ajudaria o Brique, ajudaria o entorno, porque também o entorno tem que ser preservado, se não vira uma coisa que as pessoas não conseguem às vezes nem chegar direito ao Brique, porque outros vão estar captando aquele cliente que de fato quer ir ao Brique, mas lá tem alguma atrativos, etc. e tal, e não é adequado. Há tantos espaços na cidade para fazermos eventos, e a gente quer que essa seja uma cidade de eventos. Porto Alegre tem inclusive uma vocação para a questão dos eventos, e nós trabalharemos nesse sentido. Assim, nós vamos apoiar a proposição.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): O Ver. Tiago Albrecht está com a palavra para discutir o PLL nº 682/23.

VEREADOR TIAGO ALBRECHT (NOVO): Senhor presidente, senhoras e senhores vereadores pagador de impostos que nos acompanham pela TV Câmara. O Partido Novo é um partido de direita que congrega liberais conservadores e libertários, e o Partido Novo é a favor do Livre Mercado. Portanto, nós entendemos que esse projeto é prejudicial na ponta para o consumidor que precisa ser o verdadeiro ator, agente, a regular o mercado. Portanto, não nos parece oportuna essa vedação, não obstante baixar de 200 para 30, mas não nos parece oportuno barrar a livre iniciativa, o livre comércio. Eu dizia que a concorrência prevalência. Eu tenho certeza que o Brique, as feiras, o Brechocão, toda essa concorrência de eventos e de eventos e ofertas de produtos, de materiais, tudo isso faz bem na ponta para o consumidor, e criar

uma reserva de mercado, nesse aspecto, não seria oportuno para a cidade. Então essa é a nossa fala, na verdade, tempo de discussão do meu mandato, mas o Partido Novo é a favor da livre concorrência. Por isso, nós votaremos “não” nesse projeto e nas emendas para que a livre iniciativa prospere, para que as feiras possam ocorrer e outros players de mercado desse segmento que eventualmente queiram trabalhar, possam, e possam, na concorrência, oferecer o melhor preço e o melhor serviço. Obrigado, Presidente.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): As emendas nº 01 e 02 foram retiradas. Em votação a Emenda nº 03 ao PLL nº 682/23. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Em votação nominal, por solicitação do Ver. Tiago Albrecht, a Emenda nº 4 ao PLL nº 682/23. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADA** por 16 votos **SIM**; 8 votos **NÃO**.

Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Tiago Albrecht, o PLL nº 682/23. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADO** por 22 votos **SIM**; 2 votos **NÃO**; 3 **ABSTENÇÕES**.

Vereadora Cláudia Araújo (PSD) (Requerimento): Gostaria de solicitar, Presidente, que o PLL nº 055/24 fosse próximo a ser votado.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Em votação o requerimento de autoria da Ver.^a Cláudia Araújo. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Vereadora Fernanda Barth (PL) (Requerimento): Solicito que o PLCL nº 004/23 seja apreciado após o da Ver.^a Cláudia.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Em votação o requerimento de autoria da Ver.^a Fernanda Barth. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Em discussão o [PLL nº 537/21](#). (Pausa.) Não há quem queira discutir. Em votação. (Pausa.) O Ver. Tiago Albrecht está com a palavra para encaminhar a votação da matéria.

VEREADOR TIAGO ALBRECHT (NOVO): Presidente Mauro, senhoras e senhores vereadores, pagador de impostos que nos assiste, de modo especial, nossa vereadora suplente que assumiu, Sâmila Monteiro, que, pela graça de Deus e para nossa sorte, é minha chefe de gabinete também. Esse é um projeto de autoria de V. Exa., Sâmila, e institui a política de transparência nos programas de regularização fundiária do município aqui de Porto Alegre, e é uma pauta muito cara para ti, Sâmila, na tua atuação política, é uma pauta muito cara, vereador Ramiro, para nós do Novo, que é a transparência, e transparência na regularização fundiária. Sâmila, tu és uma mulher que circula bastante pela cidade, tu és uma mulher que já aprovou aqui nesta Casa projeto que, inclusive, defende as mulheres, em muitas ocasiões, como Aqui Tem Luz, que é um projeto na veia que leva o desenvolvimento, leva a energia, luz elétrica pública nas ruas das franjas, das periferias da nossa cidade, e com esse projeto V. Exa. oportuniza a cidade de Porto Alegre, por isso, deixa de modo indelével a sua marca no final desses quatro anos, da disponibilização no site da Prefeitura, da localização dos imóveis regularizados, custos, etapas, entre outros dados, além da própria listagem de beneficiados. Por isso, eu quero convidar o plenário, todos os 36 vereadores e vereadoras, para que nós votemos “sim” a esse projeto, para que nós ajudemos a vereadora Sâmila a deixar essa importante para tantos e tantos que precisam regularizar o seu pedacinho de chão, a sua casa, a sua vida. Então, vereadora, parabéns pela iniciativa. Eu, como líder do Partido Novo, juntamente com o meu vice-líder, Ramiro Rosário, nós tivemos muito orgulho de oferecer a esta Ordem do Dia o seu projeto, e tenho certeza que a senhora se despede desta vereança com chave de ouro, deixando, repito, a sua marca,

deixando o seu trabalho que vai impactar milhares e milhares de pessoas que, repito, querem o seu pedaço de chão, querem regularizar a sua moradia, querem regularizar a sua casa. E, para nós, liberais, a propriedade privada, o lar, a sua casa, é realmente muito importante. Então, convido novamente o plenário a votar “sim” a este projeto. E, mais uma vez, parabenizando Sâmila Monteiro por ser uma vereadora atuante nessa área, uma mulher que se preocupa com as mulheres, que se preocupa com as famílias, que se preocupa com todos aqueles que precisam e querem ter o seu pedaço de chão realmente regularizados. Parabéns e obrigado pela atenção.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Em votação a Emenda nº 01 ao PLL nº 537/21. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Em votação o PLL nº 537/21. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.** Parabéns, vereadora Sâmila Monteiro.

Vereador Claudio Janta (SOLIDARIEDADE) (Requerimento): Senhor Presidente, solicito que o PLL nº 305/24, de minha autoria, seja apreciado após o da Ver.^a Fernanda Barth.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Em votação o requerimento de autoria do Ver. Claudio Janta. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Em discussão o [PLL nº 055/24](#). Não há quem queira discutir. Em votação a Emenda nº 01 ao PLL nº 055/24. (Pausa.) Os Srs. vereadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADA** com a abstenção da Ver.^a Karen Santos.

Em votação o PLL nº 055/24. (Pausa.) Os Srs. vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO** com abstenção da Ver.^a Karen Santos.

Em discussão o [PLCL nº 004/23](#). (Pausa.) A Ver.^a Karen Santos está com a palavra para discutir a matéria.

VEREADORA KAREN SANTOS (PSOL): Então, colegas vereadores, subo a essa tribuna, enquanto líder da bancada do PSOL, que no ano de 2023 elaborou uma cartilha em relação aos direitos e os deveres dos bares e dos consumidores. Digo isso porque Porto Alegre tem diversos regramentos, lei da liberdade econômica, também tem a disputa dos alvarás que está colocada, temos também decretos que regulam Cidade Baixa e Orla, o funcionamento dos bares dentro dessas duas regiões, temos o Código de Conduta dos Municípios que faz também o regramento em relação ao barulho, aos decibéis e a cartilha foi justamente num contexto em que quatro bares do Rio Branco foram interditados pela Prefeitura de forma ilegal. Não é à toa que a gente entrou na justiça e conseguimos reverter essa interdição, justamente porque o regramento da cidade hoje ele é confuso, ele é diverso e ele permite ilegalidades. Digo isso em relação ao projeto apresentado pela Ver.^a Fernanda Barth, me parece que é um projeto que amplia direitos, mas de fundo tem uma proposta de reserva de mercado, porque nem todos os bares que vão funcionar de acordo com essa lei, vão necessitar de um alvará, e é o alvará que mostra até que ponto pode haver o funcionamento de músicas de bandas ao vivo. Digo também que o projeto abre mão do PPCI, que é algo para nós, sobretudo depois da tragédia que a gente recentemente enfrentou na pousada Garoa, abrir mão de PPCI é um problema grave, o projeto só trata de extintor de incêndio, mas não tem nenhum tipo de regramento que tem que ser feito pelo corpo de bombeiros. Então hoje quem tem alvará é desprestigiado por essa lei. E também o estudo de viabilidade urbanística, porque mesmo fazendo música ao vivo e tendo ali a estabilização sonora, tu precisas ter um regramento, porque vai fazer festa do lado de uma creche, de uma casa geriátrica, do lado de um hospital, não pode ter essa flexibilização do funcionamento que hoje o alvará, de certa forma, garante. Então por estar confuso o regramento atual e essa lei que visa facilitar a vida daqueles hoje que estão fora dos decretos da Orla e da Cidade Baixa, me parece ser uma

política de fomentar alguns bares que estão abrindo e que não vão precisar do alvará para ter música ao vivo, bastando ter o isolamento acústico; somente o isolamento acústico não dá conta de seguir os outros regramentos que já tem no Município. E também não ter a necessidade de EVU, de Estudo de Viabilidade Urbanística e de PPCI, eu também acredito que coloque em risco não só a vida dos consumidores, como também cria um problema, como estamos enfrentando já no bairro Rio Branco, que é o contingenciamento de pessoas dentro dos espaços privados, mas que também muitas vezes extrapola para os espaços públicos e a gente vem enfrentando problema com a vizinhança. Quem acompanhou essa pauta comigo no bairro Rio Branco foi o vereador afastado aqui, o Ver. Pablo Melo, nós fizemos mediação com a Procuradoria do Município, o Procurador-Geral, Roberto Rocha, estava conosco nessa reunião, e eu acredito que a aprovação dessa lei vai permitir ainda mais o desregramento em relação ao funcionamento das casas noturnas. O ideal seria, no mínimo, uma audiência pública convocando os empreendedores, convocando os donos de bares para participarem, e a gente tivesse alterações em todas essas leis que eu citei, lei da liberdade econômica, o código de conduta para o funcionamento dos alvarás, que hoje são vários regramentos que se sobrepõem e não dão segurança jurídica, não dão segurança técnica para quem quer empreender. Essa é uma lei que desobriga, cria um outro tipo de alvará e, de certa forma, facilita a vida de determinados empreendimentos em detrimento a outros. Nesse sentido, por ser confuso mesmo, por termos vários regramentos no Município, por não ter tido audiência pública, que nós encaminhamos o voto pela abstenção nesse projeto.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):

Aprego a Emenda nº 02, de autoria dos vereadores Tiago Albrecht e Ramiro Rosário, ao PLCL nº 004/23.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Em votação o requerimento solicitando a dispensa do envio da Emenda nº 02 ao PLCL nº 004/23 à

apreciação das comissões, para parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Em votação a Emenda nº 02 ao PLCL nº 004/23. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADA.**

Em votação o PLCL nº 004/23. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**, com abstenção da Ver.^a Karen Santos.

VEREADOR RAMIRO ROSÁRIO (NOVO) (Requerimento):

Presidente, solicito a retirada da priorização do PLL nº 140/24 e PLCL nº 031/24.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Em votação o requerimento do Ver. Ramiro Rosário. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Em discussão o [PLL nº 305/24](#). (Pausa.) Não há quem queira discutir. Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Vereadora Cláudia Araújo (PSD) (Requerimento): Gostaria de solicitar que o próximo a ser votado seja o PLL nº 072/23.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Em votação o requerimento de autoria da Ver.^a Cláudia Araújo. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Vereadora Comandante Nádia (PL) (Requerimento): Presidente, o Requerimento nº 103/24 já foi atendido por outra votação que nós fizemos logo no início da sessão, então, eu gostaria de requerer seu arquivamento.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Em votação o requerimento de autoria da Ver.^a Comandante Nádia. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Vereador Claudio Janta (SOLIDARIEDADE) (Requerimento): Eu quero pedir o arquivamento do PLL nº 075/20, que trata da questão de composições alimentares no município de Porto Alegre.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Em votação o requerimento de autoria do Ver. Claudio Janta. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Em discussão o [PLL nº 072/23](#). (Pausa.) Não há quem queira discutir. Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

O Ver. João Bosco Vaz solicitou para, na próxima segunda-feira, às 12h30min, convidarmos os 36 vereadores e os eleitos que quiserem participar de um almoço na Churrascaria Barranco, cada um paga o seu, para que possamos nos despedir no final do ano. Vamos fazer o convite por escrito no grupo dos vereadores, quem quiser confirme para que possamos fazer uma reserva. Os diretores também são convidados, diretor administrativo, financeiro, legislativo, é importante que todos se façam presentes, não é, Bosco? Quem não for lá está sujeito a...

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Estaremos lá, vereador! Voltamos para a ordem normal da lista. O próximo será o item nº 10, que é o Requerimento nº 087/24.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Em votação o [Requerimento nº 087/24](#). (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**, com a manifestação contrária do Ver. Jessé Sangalli, da Ver.^a Fernanda Barth e da Ver.^a Comandante Nádia.

Vereadora Cláudia Araújo (PSD) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito o adiamento da discussão do PELO nº 002/23 por duas sessões.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Vai ser arquivado.

Vereadora Cláudia Araújo (PSD) (Requerimento): Então solicito a retirada do PELO nº 002/23 da priorização de votação.

Vereador Idenir Cecchim (MDB): Eu queria aproveitar, antes que os vereadores saiam daqui, para dar um testemunho da sua competência como Presidente, agradecê-lo pelos trabalhos e dizer que o senhor foi importante nesta Casa, duas presidências com sucesso! Desejo que o senhor tenha esse sucesso na vida toda, porque o senhor merece.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Muito obrigado, Ver. Cecchim.

Em votação o requerimento de autoria da Ver.^a Cláudia Araújo. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Em discussão o [PLL nº 695/23](#). (Pausa.) O Ver. Jessé Sangalli está com a palavra para discutir a matéria.

Lembrando os vereadores de que também temos a Emenda nº 01, que não está destacada, é importante que os vereadores já discutam a emenda junto com o projeto.

VEREADOR JESSÉ SANGALLI (PL): Boa tarde a todos. Só quero explicar por que esse projeto parece bom, mas não é bom, e não resolve o problema que ele se propôs a resolver, inicialmente. Todos nós ficamos

consternados com o fato de que recentemente uma menina, se não me engano, num *show* lá no Rio de Janeiro, morreu na fila durante o calor. Todos nós ficamos consternados com isso, é um fato. E se supôs que ela morreu de calor, porque ela não tinha acesso a água, o que não é verdade – supostamente não estavam vendendo água, ou não tinha água, ou ela não tinha condição de pagar água, então ela morreu desidratada. A questão é que, nesses *shows* internacionais, é muito comum, infelizmente, as pessoas ficarem 4, 5 dias na fila para poderem acessar o *show* e pegar um local privilegiado. É da cultura das pessoas que estão na fila não querer perder o seu lugar na fila. Então as pessoas, intencionalmente, evitam tomar água para não perder o lugar na fila por ter que ir ao banheiro. A ideia do vereador é, obviamente, ajudar pessoas a ter acesso à água, mas uma pessoa que pagou R\$ 2 mil para assistir um *show* não morreu porque não teve água, porque ela teria condição de pagar R\$ 2,00 numa água. É só para explicar para vocês que a razão pela qual aconteceu é diferente da razão pela qual o vereador está propondo a lei. Então, por não atender à intenção e, na verdade, gerar mais um custo para o evento que, às vezes, inclusive, acaba servindo como uma fonte de renda do próprio evento. O PL está encaminhando “não”, mas está se solidarizando com a família da vítima e com a noção de que é desproporcional alguém acabar perdendo a vida por querer ficar numa fila. Então, só para explicar que ninguém que for votar contra aqui é desumano, é que a ideia trazida pela lei não vai resolver o problema que a lei objetiva resolver e, infelizmente, aconteceu essa tragédia, mas não vai mudar as pessoas não quererem sair da fila, porque elas não querem perder o lugar na fila, e isso que acabou gerando a tragédia. Então só para explicar para vocês a natureza do voto do PL. Obrigado.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Em votação o PLL nº 695/23. (Pausa.) O Ver. Tiago Albrecht está com a palavra para encaminhar a votação da matéria.

VEREADOR TIAGO ALBRECHT (NOVO): Presidente, senhoras e senhores vereadores; este projeto vai materializar o que se fala de fazer caridade com chapéu alheio. Ele é um projeto irresponsável por quem jamais assinou uma carteira de trabalho, por quem jamais parou para pensar no custo que é para empreender e a dificuldade de se empreender na cidade de Porto Alegre. Este projeto vem de um partido que neste momento está quebrando o Brasil, o dólar acaba de fechar a R\$ 6,27, mesmo o Banco Central atuando e torrando dólares da sua reserva cambial, porque o governo não está nem aí, o Lula não está nem aí, ele só está aí para o Centrão e os privilégios dele. E é exatamente o que o líder do PT nesta Casa faz ao propor este projeto, ele não está nem aí, ele quer lacrar. Ele não está nem aí com a pessoa que morreu, Ver. Jessé, eu sei que V. Exa. subiu aqui para justificar, e todos nós ficamos consternados com uma morte, toda a vida é preciosa, mas não tem nada a ver com isso. O vereador quer lacrar, o vereador quer fazer caridade com chapéu alheio, é o professor que nunca deu aula, nunca assinou uma carteira de trabalho e quer impor ainda mais problemas. E vereador, se este projeto passar, eu vou subir nesta tribuna e vou dizer que V. Exa. é o culpado por Porto Alegre perder eventos, porque muitos eventos serão cancelados por causa desta porcaria de projeto que só quer lacrar, que só quer fazer populismo com dinheiro alheio. É uma vergonha que V. Exa. propõe esse tipo de projeto no apagar das luzes do ano.

(Aparte antirregimental.)

VEREADOR TIAGO ALBRECHT (NOVO): Não existe café grátis, não existe água grátis, e eu estou lhe dizendo que eu vou subir nesta tribuna e nominalmente colocarei no senhor a culpa por Porto Alegre perder *shows*, eventos e feiras populares. Eu vou fazer isso. E se não quer grito, vai embora do plenário.

(Manifestações no plenário.)

VEREADOR TIAGO ALBRECHT (NOVO): Não quer grito vai embora do plenário. O PCdoB é o que mais grita bobagem nesta tribuna. Passei o ano aguentando vocês ali, fiquem quietos, que a senhora nem foi reeleita. Vai para casa que não foi reeleita. Então, eu vou dar nome aos bois. Se Porto Alegre perder eventos, renda, emprego, Ver. Gilson, eu vou subir e vai ter Jonas Reis estampado. A cada evento que a cidade perder, eu vou mandar para a imprensa: “É Jonas Reis o culpado”. Foi demitido porque não pôde trabalhar de copeiro no *show*? “Jonas Reis o culpado”. Não teve um evento de *rock* em Porto Alegre? “É Jonas Reis e todos que votarem com ele neste projeto.” Obrigado.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): O Ver. Jonas Reis está com a palavra para encaminhar a votação do PLL nº 695/23, como autor.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Povo de Porto Alegre, assim como vocês, eu fiquei estupefato. Subiu aqui um pastor para dizer que se pode negar um copo ao cidadão, um copo de água. Não acredito nisso, isso não é cristianismo. Isso pode ser debate político; debate político, tudo bem. Agora, está escrito que não se nega um copo d'água a ninguém, e é isso que nós queremos fazer. Ninguém quer interromper *shows*. Nós queremos mais *shows*, mais eventos em todos os cantos da cidade, queremos mais centros de eventos. Nós queremos só uma condição, que é água potável. Não é água mineral, não é água gelada, não é água de garrafa. Fizemos uma emenda em diálogo com o Ver. Cecchim, suprimindo que as pessoas pudessem levar uma garrafa de água. Não vão. Vai ter lá água potável do DMAE, que é público, da Prefeitura, é a água que a gente bebe, está aqui nas torneira. Então, V. Exa. não leu o projeto, isso eu lamento, fico triste, porque V. Ex.^a teve todo o ano inteirinho, o projeto tramitou, passou pelas comissões, V. Ex.^a não leu. Eu li! O Ver. Cecchim leu, nós lemos juntos, fizemos a emenda e é para apoiar mais eventos na cidade. Vossa Excelência vem aqui dizer que eu não vou trazer eventos, quem não traz eventos é o Partido Novo, que quer tirar recursos da Prefeitura, dando isenção aos poderosos, como vocês estão tentando fazer toda hora. Vocês que não atraem

investimentos! Vocês tiveram, o seu colega de tribuna teve lá no Marchezan, quando nós perdemos eventos pela incompetência gestora de alguém que está no seu partido agora. Então, V. Ex.^a vem para cima de mim de um projeto singelo, um projeto tranquilo, um projeto generoso, que é garantir que nem uma pessoa mais sofra, nem uma pessoa mais tenha sua vida em risco, como aconteceu lá no *show* da Taylor.

Então, o outro vereador que veio aqui também falar, falou e fala, eu, às vezes, não entendo, dessa vez também não entendi. Ver. Jessé, V. Exa. também não leu o projeto, então quero lhe deixar uma dica: teve quatro anos para aprender a tramitação dos projetos, vão para as comissões, tem tempo para as assessorias lerem, entenderem e interpretarem. Vossa Excelência vai ter quatro anos para fazer esse trabalho, e não vir na tribuna fazer um discurso de lacração apenas para ganhar *like* nas redes, quando nós conversamos aqui com a base do governo sobre a importância desse projeto, e a emenda foi construída e protocolada, adiamos três votações e hoje nós vamos votar. Então, não venham deturpar a realidade, não é isso que vocês falaram. O que vocês falaram é tudo ilusão, farsa, não tem nada a ver com o que está escrito aqui.

Vereador Tiago Albrecht (NOVO): Questão de ordem, Presidente. Eu quero repudiar as palavras ditas pelo líder do PT, atacando a religião a qual pertenço, falando e citando totalmente fora de contexto a questão de ser pastor, botando em dúvida a minha fé sobre essa questão do copo de água. Eu queria ver se fosse contra uma matriz africana, contra o muçulmano ou até contra o judaísmo. Então eu quero repudiar esse ataque a fé cristã feita pelo líder do PT nesta Casa, isso é um absurdo. Obrigado.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Está feito o registro, vereador.

Vereador Jonas Reis (PT): Pelo contrário, vereador, eu estou potencializando a fé cristã que diz que não se deve negar um copo de água a

ninguém. Vossa Excelência está invertendo, está tudo dito agora, segundos anteriormente a sua fala aqui.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Está feito o registro, Ver. Jonas Reis. Pergunto se mais algum vereador se inscreve para encaminhar a matéria? Não temos mais nenhum vereador inscrito.

Em votação a Emenda nº 01 ao PLL nº 695/23. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)
APROVADA.

Em votação nominal, solicitada pelos vereadores Fernanda Barth, Tiago Albrecht, Comandante Nádia e Ramiro Rosário, o PLL nº 695/23. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **REJEITADO** por 10 votos **SIM**, 11 votos **NÃO**; 1 **ABSTENÇÃO.**

O Ver. Aldacir Oliboni tinha perguntado sobre o projeto que o Ver. Claudio Janta retirou. Ver. Oliboni, é o número 19, que era referente a supermercados. Foi esse, respondendo a sua questão, a sua pergunta.

Vereadora Fernanda Barth (PL)(Requerimento): Sr. Presidente, solicito a alteração da ordem da priorização de votação, para que possamos, logo após a discussão e votação do PLL nº 300/24, passar à discussão e votação do PLL nº 487/23.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Em votação o requerimento de autoria da Ver.^a Fernanda Barth. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Vereador Claudio Janta (SOLIDARIEDADE) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito a alteração da ordem da priorização de votação, para que possamos, logo após a discussão e votação do PLL nº 487/23, passar à discussão e votação do PLL nº 335/24.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Em votação o requerimento de autoria do Ver. Claudio Janta (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Vereadora Cláudia Araújo (PSD)(Requerimento): Sr. Presidente, solicito a alteração da ordem da priorização de votação, para que possamos, logo após a discussão e votação do PLL nº 101/24, passar à discussão e votação do Requerimento nº 106/24.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Em votação o requerimento de autoria da Ver.^a Cláudia Araújo. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Vereador Claudio Janta (SOLIDARIEDADE) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito a alteração da ordem da priorização de votação, para que possamos, logo após a discussão e votação do Requerimento nº 106/24, passar à discussão e votação do PLL nº 101/24.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Em votação o requerimento de autoria do Ver. Claudio Janta (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Apenas para repassarmos, Presidente, o requerimento feito pela Ver.^a Cláudia Araújo era no sentido de que fossem colocados os projetos depois do número 18 da ordem de priorização, mas nós teremos então o número 17. Nós teremos o número 17, 18 e depois os seus pedidos. Depois de toda essa sequência, Ver.^a Cláudia Araújo? (Pausa.) Perfeito.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Em discussão o [PLL nº 163/24](#). (Pausa.) Não há quem queira discutir. Em votação. (Pausa.) Os Srs.

Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

APROVADO.

Em discussão o [PLL nº 300/24](#). (Pausa.) Não há quem queira discutir. Em votação a Emenda nº 01 ao PLL nº 300/24. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADA.**

Em votação o PLL nº 300/24. (Pausa.) Não há quem queira discutir. Em votação o PLL nº 300/24. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Em discussão o [PLL nº 487/23](#). (Pausa.) Não há quem queira discutir. Em votação. (Pausa.) O Ver. José Freitas está com a palavra para encaminhar a votação da matéria, como autor.

VEREADOR JOSÉ FREITAS (REPUBLICANOS): Colegas vereadores, Presidente Mauro, é bem simples esse projeto. O Estatuto da Criança e do Adolescente já prevê em relação à criança e ao adolescente, quando chegar no hospital, que algum órgão venha a denunciar, porém, não prevê idosos e pessoas com deficiência, e por isso que nós estamos acrescentando aqui. É comum, infelizmente, a gente tem visto inclusive até nos meios de comunicação aí, nós temos visto que chega lá e quando é visto que a criança ou o idoso foi maltratado, o órgão não encaminha para o órgão competente. Não encaminha. Em relação à criança e ao adolescente, o Estatuto prevê, e nós queremos acrescentar com essa lei aqui, para que principalmente os idosos, pessoas com deficiência, quando chegar num local, seja no hospital, seja num posto de saúde, seja uma criança na escola, criança com deficiência, enfim, que o órgão competente, esse órgão que lá está, essa pessoa venha encaminhar esse caso para o órgão competente. E eu solicito aqui para votar positivo à emenda da comandante Nádia. Agradeço aqui também a parceria da Ver.^a Barth nesse processo. Obrigado.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): O Ver. Prof. Alex Fraga está com a palavra para encaminhar a votação do PLL nº 487/23.

VEREADOR PROF. ALEX FRAGA (PSOL): Boa tarde, senhoras e senhores, agradeço à nossa líder, a Ver.^a Karen Santos, por poder encaminhar esse projeto em nome do nosso partido, PSOL, e dizer que temos concordância com a matéria, votaremos favoravelmente. Mas eu me inscrevi para subir à tribuna justamente para debater a Emenda nº 01 ao projeto. A Emenda nº 01 piora o projeto, porque ela apenas recomenda aos espaços privados justamente a comunicação desses fatos. Vamos lembrar que qualquer unidade de saúde, qualquer hospital que receba e trate alguém com ferimento por arma de fogo é obrigada a comunicar o fato para as autoridades policiais. Há essa obrigatoriedade com relação aos hospitais privados. Por que em casos de violência contra mulheres, pessoas idosas e pessoas deficientes, nós, através de uma lei para o Município de Porto Alegre, apenas recomendaremos aos hospitais privados? Portanto, deixo aqui esse meu questionamento e o pedido para que os vereadores e vereadoras votem negativamente à Emenda nº 01, que tornaria também obrigatória para toda e qualquer instituição de saúde a comunicação desses fatos. São graves, precisam ser investigados e, se realmente houver a culpabilidade, que os responsáveis sejam punidos. Portanto, peço a todos os vereadores e vereadoras que votem negativamente à Emenda nº 01 e favoravelmente ao projeto, que é uma ótima iniciativa para a cidade de Porto Alegre.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Prof. Alex Fraga, a Emenda nº 01, ao PLL nº 487/23. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADA** por 18 votos **SIM**; 9 votos **NÃO**.

Em votação o PLL nº 487/23. Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**.

Em discussão o [PLL nº 335/24](#). (Pausa.) Não há quem queira discutir. Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**.

Em votação o [Requerimento nº 106/24](#). (Pausa.) A Ver.^a Cláudia Araújo está com a palavra para encaminhar a votação da matéria, como autora.

VEREADORA CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): Presidente Mauro, colegas vereadoras e vereadores, essa moção de repúdio ao [PL nº 4.614/24](#) foi assinada por mim e pelos meus colegas Ver.^a Comandante Nádia, Ver.^a Mônica Leal, Ver. Marcelo Bernardi, Ver. José Freitas, Ver. Claudio Janta, Ver. Hamilton Sossmeier e Ver. Alvoní Medina, mas tenho certeza de que é de todos os vereadores desta Casa. O BPC, que é o Benefício de Prestação Continuada, fundamenta-se na necessidade de garantir a proteção social aos segmentos mais vulneráveis da população brasileira, em consonância com os princípios constitucionais da dignidade da pessoa humana e da erradicação da pobreza e marginalização. É um direito garantido pelo [inc. V, art. 203 da Constituição Federal](#) e pela [Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS](#), assegurado a pessoas com deficiência e aos idosos com 65 anos ou mais que comprovem não possuir meios de prover sua subsistência.

Qualquer alteração que restrinja o acesso ou reduza a abrangência do benefício representa um retrocesso social, contrário aos compromissos assumidos pelo Estado brasileiro. Um projeto que onera indevidamente famílias em situação de vulnerabilidade e cria mais entraves burocráticos demonstra uma falta de sensibilidade para com uma população que já enfrenta barreiras severas. A inclusão da renda de cônjuges não residentes e de outros familiares no cálculo para concessão do BPC é desproporcional à descolada da realidade brasileira. Medidas como a obrigatoriedade da biometria e a atualização cadastral a cada dois anos aumentam a burocracia e dificultam o acesso das pessoas com deficiência e suas famílias ao benefício. Para muitos, cumprir essas exigências é inviável, resultado da exclusão de quem mais precisa. Proposta ignora que o BPC já é um programa extremamente restrito, voltado para situações. A tentativa de centralizar ainda mais a concessão demonstra que o governo está focado em cortar despesas e qualquer custo de lugares errados, sem levar em conta o impacto humano dessas ações. Eu trabalho com pessoas e crianças com

deficiência e pessoas idosas, sei a dificuldade que essas pessoas têm em acessar o BPC. Quando tu tens mais de uma pessoa com deficiência na tua casa, o segundo CPF não tem direito por causa da renda per capita ao acesso desse benefício. Isso já está errado, porque cada pessoa tem um CPF, cada pessoa é uma pessoa. Então, nós vamos dificultar ainda mais que estas mães, muitas vezes solo, tenham direito, muitas vezes, à única renda familiar dessa família que tanto precisa. Então, eu peço aos meus colegas vereadores que votemos esta moção de repúdio e que, se possível, isso não seja aprovado.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): O Ver. Ramiro Rosário está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 106/24.

VEREADOR RAMIRO ROSÁRIO (NOVO): Presidente Mauro Pinheiro, meus caros colegas, Ver.^a Cláudia Araújo, eu também sou contra essa proposta do governo federal a respeito desse corte porque eu acho que é muito pouco, deveria cortar muito mais. O que nós estamos vendo hoje no Brasil, o buraco de Lula e Haddad. O completo descontrole do governo federal está nos levando ao fundo do poço. Para que vocês tenham uma noção, nós tivemos apenas no ano passado R\$ 236 bilhões de déficit, de boletos que não foram pagos pelo governo federal. Neste ano, aumentou em mais R\$ 105 bilhões. E o mais incrível de tudo é que Haddad anuncia um suposto pacote de corte de despesas, de corte de gastos, que não faz nem cócegas no déficit deste ano. Imaginem o montante que está sendo acumulado ano após ano e a nossa dívida pública, que pela primeira vez na história alcançou R\$ 9 trilhões. É inadmissível o que nós estamos vendo no País. E isso tem reflexos diretos, inclusive em Porto Alegre, no nosso Estado. Isso faz com que a gente tenha o dólar, hoje, nas alturas, e as pessoas vendo que a sua capacidade de botar o pão na mesa da família está cada vez mais difícil. Então, o pacote de gastos, de corte de gastos, supostamente oferecido pelo Haddad, foi o que fez, inclusive, nós termos novamente os juros aumentados, ampliados pelo Copom e também o dólar nas alturas. Aliás, com relação à emissão de títulos da dívida pública, o governo Lula

já está pagando os juros aproximados do que foi o governo Dilma II, quando nós tivemos a quebra, a bancarrota do País e que culminou, inclusive, com o impeachment de Dilma Rousseff. Portanto, nem me aprofundo muito na questão específica do BPC, até porque, acho que deveriam ser oferecidas pelo governo medidas para que as pessoas saiam do benefício, para que elas possam se emancipar, ter sua vida, sua dignidade, seu emprego garantido. Isso só se faz com estabilidade econômica, austeridade fiscal, para que possamos ter aqui investimentos internos e estrangeiros. Infelizmente, esta não é a realidade que está se colocando. Há poucos dias atrás, a Companhia Siderúrgica Nacional anunciou que para o ano que vem deixará de investir R\$ 1 bilhão de reais devido à alta do dólar, dos juros e ao pacote de corte de gastos que não faz cócegas no montante que o governo precisa gastar. Quando a gente fala numa grande indústria como a Siderúrgica Nacional e muitas outras, também poderia citar aqui a Coman, a própria indústria da construção civil, isso significa perda de empregos, isso significa que empregos não serão criados. Não há benefício governamental maior do que o emprego, do que o trabalho, oportunizar liberdade para quem quer empreender no nosso País, e não ficar concedendo benefícios e auxílios *ad aeternum* para as pessoas sem que elas possam efetivamente sair do buraco em que se encontram devido à falta de oportunidades no nosso País. Então, sim, de fato, sou contrário à proposta apresentada pelo governo federal, mas porque é muito pouco, porque não traz para a vida real do Brasil o equilíbrio fiscal, o ajuste econômico necessário para que nós possamos ter um País próspero, que gere emprego, renda, oportunidade, muito especialmente aos mais pobres. Era isso, presidente, muito obrigado.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): O Ver. Jonas Reis está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 106/24.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Povo de Porto Alegre que acompanha esse debate e que vê os tipos de votações aqui. Os dois vereadores que votaram contra dar água para as pessoas em eventos, sobem aqui para falar

que vão defender o BPC. Eu defendo o BPC, agora, a Ver.^a Cláudia Araújo, não. Vossa Excelência, não, porque o seu partido criou neste Brasil o teto de gastos. É o teto de gastos que estraga o desenvolvimento das políticas sociais. Eu sou uma parte do PT que quer manter o BPC, então nós estamos em discussão ainda. Agora, vir aqui recortar um discurso e atacar o governo federal? Estamos em pleno emprego, crescimento de mais de 3% do PIB. Isso a Ver.^a Cláudia Araújo não conhece, porque ela está acostumada a recortar pequenos trechos da realidade para sombrear a potência que é o governo Lula, que trouxe dinheiro aqui para o seu governo, Ver.^a Cláudia Araújo. O governo Melo recebeu dinheiro! Mas o que é isso, em que planeta nós estamos vivendo, em que mundo nós estamos vivendo?! É a inversão total de valores. Se tem alguém que defende, de fato, políticas sociais... Quantas casas estão vindo para Porto Alegre, Ver.^a Cláudia Araújo, com dinheiro federal? Inclusive pessoas desabrigadas, que recebem o BPC, vão receber casas aqui, e V. Exa. não reconhece. Vem aqui e recorta como se esse projeto lá fosse unânime. Não é unânime, vereadora, está em discussão no Congresso e a senhora vem fazer uma moção de repúdio como se fosse mudar a realidade. Eu quero uma moção de repúdio da senhora contra o governo Melo, que não deu dois anos de isenção de IPTU! Cadê a sua moção de repúdio ao governo Melo, que com dinheiro da Prefeitura não deu às pessoas que tiveram a casa alagada, perderam todos os móveis e muitos que até agora não voltaram para casa? Pare de selecionar um recorte da realidade, se indigne pelo porto-alegrense também, como eu estou indignado, pelas pessoas que podem ter um arrocho no BPC. O seu partido, PSD, faz parte do governo Lula, e V. Exa. vem aqui? Ver.^a Cláudia Araújo, a senhora deveria ter votado a favor da água potável para as pessoas em *shows*, e não que as pessoas pagassem mais de R\$ 10,00, como é no Auditório Araújo Vianna, uma garrafa de água. Nós, na política, não podemos ter dois pesos e duas medidas, não, nós temos que defender... Eu defendo o aumento real no salário mínimo, e sou do PT. Eu defendo, sim, a conservação do BPC e dos aumentos, e sou do PT, e não concordo com esse projeto que está no Congresso. Seu partido tem cargos no governo Lula, não venha aqui fazer politicagem. Aí, não, esta tribuna não vai ficar

vazia da minha resposta, porque tem que ter posição, e a minha posição aqui é sempre a favor dos trabalhadores.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): O Ver. Giovani Culau e Coletivo está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 106/24.

VEREADOR GIOVANI CULAU E COLETIVO (PCdoB): Presidente, colegas vereadores e vereadoras, em que pese a Ver.^a Cláudia Araújo não tenha citado, eu fui signatário desse requerimento de moção, e aqui quero compartilhar um pouco das razões que fizeram com que assinássemos esse requerimento. Vocês sabem bem que o meu partido é base fiel do governo Lula, vocês sabem a minha posição política, e sobre as minhas posições políticas sempre busco manter uma coerência. O que fez com que me engajasse na luta para derrotar Bolsonaro e eleger o presidente Lula é entender que a lógica de ajuste fiscal é uma lógica que busca impor aos mais pobres o pagamento da crise. Por essa razão, por exemplo, que a bancada do PCdoB protocolou no Congresso Nacional emendas que buscam impedir os ataques ao BPC, por um lado, e, por outro, evitar as travas no crescimento do salário mínimo. Por isso, por essa razão, que eu e a Ver.^a Biga também teremos uma posição favorável à moção que tu propuseste, Ver.^a Cláudia Araújo. E é preciso que se diga aqui que esse ajuste apontado pelo governo se desfaz facilmente diante da política de juros que está colocada hoje no Brasil. No ano passado, o País gastou mais de R\$ 600 bilhões com juros da dívida; com o crescimento da taxa de juros, esse valor tende a subir. Não adianta um esforço que penalize os mais pobres enquanto nós mantivermos essa mesma política econômica que, entre outras questões, se sustenta em uma taxa de juros absurda. Eu não sei se os colegas vereadores acompanham. Entretanto, no mundo, a taxa de juros é calculada em taxas anuais; só no Brasil que nós falamos em taxas mensais para tentar, aparentemente, manter o mesmo parâmetro internacional. Então o PCdoB apoia essa moção, mantém essa coerência no Congresso Nacional a partir das suas

posições e critica essa política macroeconômica neoliberal que se mantém desde os governos do PSDB em vigência. Acho que esse é um debate importante a ser feito nesta Casa e importante a ser feito com a sociedade. E, inclusive, acho equivocado quando partidos políticos buscam comparar a política econômica de um Estado-nação com a política de economia doméstica. A taxa da dívida brasileira é uma taxa, proporcionalmente ao PIB, muito inferior, extremamente inferior às grandes economias do mundo. Justamente por essa razão, pelo fato de o Brasil ter uma taxa da dívida em relação ao PIB baixa em comparação às grandes economias do mundo, falar em cuidado com o superávit primário significa pretender economizar recursos públicos que faltam no atendimento à saúde e à educação para garantir dinheiro para banqueiro. A bancada do PCdoB é contrária à política de especulação financeira que drena recursos públicos do nosso povo para garantir grana para banco neste País. Por isso que temos essa posição perante a moção, posição que deixei explícita nesse momento. Muito obrigado.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): O Ver. Prof. Alex Fraga está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 106/24.

VEREADOR PROF. ALEX FRAGA (PSOL): Muito obrigado, Ver. Mauro Pinheiro. Eu vou fazer um breve encaminhamento em nome da minha bancada, o PSOL, e, portanto, dos meus vereadores e companheiros de sigla partidária, Ver.^a Karen Santos, nossa líder; Ver. Roberto Robaina e Ver. Pedro Ruas. Nós, do PSOL, estamos veementemente contrários a todos os ajustes fiscais propostos pelo governo Luiz Inácio Lula da Silva e temos votado sistematicamente contrário a... Dá um minuto, Ver. Ramiro Rosário, se o senhor quiser encaminhar, se inscreva, por favor. É uma questão de respeito. O nosso partido tem se posicionado e votado contra os pedidos de urgência, contra os cortes; portanto, votaremos favoravelmente à moção, justamente porque concordamos com a proposição de que o BPC é fundamental para o atendimento das pessoas mais vulneráveis e socialmente mais prejudicadas neste País.

Portanto, a respeito das siglas partidárias, que muitas vezes estão subscrevendo essa moção, muitas delas estão votando favoravelmente a grande tesoura que corta em algumas áreas essenciais para o desenvolvimento do nosso País em relação... Eu estou encaminhando, Ver. Jessé Sangalli. Ver. Mauro Pinheiro, o senhor poderia esclarecer para o Ver. Jessé Sangalli, para os vereadores da extrema direita desta Casa que eu estou fazendo encaminhamento em nome do meu partido?

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): O vereador está encaminhando do microfone de apartes, e o vereador tem o tempo de cinco minutos. Pode continuar, vereador.

VEREADOR PROF. ALEX FRAGA (PSOL): Muito obrigado, vereador. Portanto, muitos dos vereadores que votarão favoravelmente a essa moção pertencem a partidos, siglas partidárias e blocos que estão favoravelmente apoiando todos os cortes e estão pedindo muito mais, que o arrocho seja cada vez mais pesado em relação aos trabalhadores, às trabalhadoras e à população socialmente mais vulnerável do nosso País. Portanto, veremos muita demagogia na votação que está prestes a acontecer. Muito obrigado.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 106/24, pelo governo.

VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB): Só para esclarecer o nosso público que essa rachadinha que estão assistindo é a rachadinha da oposição, não aquelas famosas rachadinhas!

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Mais algum vereador se inscreve para encaminhar? (Pausa.) Só para dizer aos vereadores que também,

na minha opinião, nós estamos passando uma fase muito difícil, o governo federal – eu não vou encaminhar, mas vou dar a minha opinião – gasta muito mais do que arrecada, Ver. Cecchim. Temos uma grande dificuldade, o dólar hoje chegou a casa de R\$ 6,27, Ver. Vitorino, e quem paga essa conta é o povo brasileiro, pelo descontrole que o governo federal enfrenta, e agora vai contra ele mesmo, porque estão retirando coisas que sempre defenderam. O governo não consegue controlar os gastos, gastando mais que arrecada, e isso está levando à geração de inflação, ao dólar subindo, e o povo vai pagar, porque nós temos diversos produtos que o pobre come, que dependem do dólar, Ver. Giovani Culau. Infelizmente, o Brasil passa por uma dificuldade, e espero que o governo federal tome medidas de controle da inflação, porque quem vai ganhar com o juro cada vez mais alto no Brasil... O próprio governo hoje paga um juro, Ver. Ramiro, que já está passando de 7%, 8% acima do IPCA para as pessoas. Então, nós precisamos voltar ao controle.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): O Ver. Jessé Sangalli está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 106/24.

VEREADOR JESSÉ SANGALLI (PL): Opa! Eu nem ia falar nesse projeto, mas ouvindo aqui a esquerda eu precisei me posicionar, né? Eles estão tentando encontrar culpados para a crise que eles causaram, porque nem na pandemia, nem no início da guerra, o dólar chegou a R\$ 6,20. Agora eles estão tentando fazer parecer que uma conta de Twitter com 3 mil seguidores foi quem causou a onda especulativa da queda do real frente ao dólar, mas é óbvio que o que está acontecendo é que os investidores internacionais estão fugindo do Brasil. O dólar está caro, se o dólar está caro, significa que o real está barato, significa que, mesmo o valor do real caindo, os investidores internacionais estão preferindo vender o real e fugir, por quê? Porque aqui não tem nenhuma segurança jurídica, a cada momento que passa a decisão muda, na Justiça, o governo federal vai lá e implementa uma nova interpretação, passa a perseguir o YouTube, passa a perseguir o empresário, passa a exigir um novo

licenciamento, estão loteando os cargos, os Correios, a Petrobras, agências de regulação estão literalmente acabando com a possibilidade de empreender no Brasil, e quando a segurança jurídica se torna insustentável, a pessoa que está saindo do Brasil, ela está perdendo dinheiro, porque ela comprou o dólar lá a R\$ 4,00, proporcionalmente ao dólar, no passado, e está vendendo agora a R\$ 6,00, está perdendo dinheiro. Só que, por que está saindo do Brasil agora? Porque se continuar, vai perder ainda mais! Então vocês que são culpados por essa onda especulativa, por quê? Porque não tem consistência nenhuma no que estão fazendo na condução do País, o investidor acaba fugindo, e o que acontece? Quem está pagando com isso é a pessoa mais pobre. “Pobre não come em dólar”, é o contrário, tudo no Brasil está vinculado ao dólar, o preço da gasolina só não subiu ainda mais porque demora um tempo até fazer com que isso chegue na bomba, ou tu tens dúvidas de que a gasolina daqui a algum tempo vai estar R\$ 7,00, R\$ 8,00? Eu não tenho dúvida nenhuma, se a gasolina de agora está R\$ 6,00, com o dólar de pouco tempo atrás a R\$ 4,50, R\$ 5,00, quando esse dólar se refletir em toda a cadeia produtiva, com certeza a gasolina vai subir, e tu não achas que isso vai impactar na cesta básica, a compra da pessoa mais humilde do Brasil? Com certeza vai.

Então, vocês são demagogos, teriam que fazer corte de gastos não no BPC, mas nos privilégios, nos apadrinhados políticos, nesses conchavos que fazem com o governo federal, que não está nem um pouco interessado em diminuir o gasto e trazer seriedade na nossa administração federal. O resultado é que: “O mercado é malvado, está especulando contra a moeda”. Não! Eles não são burros de continuar investindo no Brasil, porque vocês não estão nem um pouco preocupados em fazer com que os ovos permaneçam sendo dados, vocês querem matar a galinha, e estão conseguindo matar a galinha, e, se continuar assim, vai acabar cada vez pior para o nosso País, especialmente para as pessoas mais pobres, que vocês agora querem tirar o benefício de prestação continuada.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Ramiro Rosário, o Requerimento nº 106/24. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADO** por 24 votos **SIM**; 3 **ABSTENÇÕES**.

Em discussão o [PLL nº 101/24](#). (Pausa.) Não há quem queira discutir. Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**.

Vereadora Cláudia Araújo (PSD) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito verificação de quórum.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Solicito abertura do painel eletrônico para verificação de quórum, solicitada pela Ver.^a Cláudia Araújo. (Pausa.) (Após o fechamento do painel eletrônico.) Há quórum.

Em discussão o [PLL nº 038/24](#). (Pausa.) Não há quem queira discutir. Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**.

Encerramos a votação de todos os projetos. Votamos quantos projetos, diretor? (Pausa.) Perdemos o controle, 25 ou 26 projetos votamos hoje. Então estamos encerrando a sessão. Agradeço a todos os servidores, esta foi a nossa última sessão do ano, já me despeço de todos os servidores como Presidente da Casa. Muito obrigado a todos os diretores, a todos os servidores, a todos os vereadores. Encerramos a sessão, e convido a todos aqui para que a gente possa fazer uma foto em conjunto.

Vereadora Comandante Nádia (PL): Presidente Mauro, gostaria de parabenizá-lo por este ano de muito trabalho, de tranquilidade, de efetivamente fazer com que 36 vereadores pudessem estar voltados para Porto Alegre. Quero parabenizar a condução da Casa, sabemos que não é uma atividade fácil, principalmente porque são todos líderes, e parabenizar também as assessorias, os diretores, os funcionários da Casa e os CCs que propiciaram que Vossa

Excelência pudesse fazer um excelente trabalho neste ano de 2024. Muito obrigada.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Obrigado, Ver.^a Comandante Nádia, eu que agradeço, é uma honra ter sido escolhido pelos vereadores para conduzir a Casa, espero que tenha conduzido de forma a contentar a todos. Quero também agradecer ao Ver. Moisés e ao PSDB por ser presidente, praticamente, de uma federação, de um bloco junto com o PSDB. Então muito obrigado, Ver. Moisés, líder do PSDB, pela honra de poder representar a Casa e também o bloco junto com o Ver. Gilson Padeiro; o Ver. Marcelo Bernardi; o Ver. Kaká D'Ávila, que é deputado; o Ver. Moisés, e o Ver. Ramiro Rosário, que também era presidente do bloco.

Vereador Tiago Albrecht (NOVO): Presidente, nesse mesmo sentido, como líder do partido Novo, gostaria de parabenizar Vossa Excelência. Foi um ano bastante complicado, tivemos a catástrofe, Vossa Excelência nos conduziu como presidente, então quero parabenizar a você e, na pessoa do Luiz Afonso, também a toda a Diretoria, agradecer aos nossos assessores, desejar um feliz e abençoado Natal e Ano Novo. Obrigado.

Vereador Claudio Janta (SOLIDARIEDADE): Presidente, quero agradecer primeiro aos pares pelos projetos que hoje a gente aprovou aqui e principalmente a Vossa Excelência, que conduz esta Casa num momento difícil. No momento da enchente, o senhor estava fazendo a Câmara de Vereadores funcionar, então quero agradecer, em nome do povo de Porto Alegre, que esta Casa ajudou muito nas enchentes.

Vereadora Biga Pereira (PCdoB): Presidente Mauro Pinheiro, eu devo dizer que estou me despedindo neste momento desta Casa, que é a chamada Casa do Povo. E assim ela é, aqui todos os partidos que têm a representação na cidade estão presentes, aqui todas as ideologias estão

presentes. O debate feito com respeito, com divergências, faz parte da política, aqui ninguém é mais ou menos vereador ou vereadora do que a outra pessoa. Portanto, aqui a gente vive um espaço democrático, mesmo que tímido, como é a democracia no nosso País, que está em construção. Aqui exercemos o nosso direito parlamentar de defender os direitos do povo, sendo ele na divergência ou na convergência. Eu passei esses dois anos, tive a honra de estar ao lado da presidência do Hamilton Sossmeier e agora com você na presidência, que nos proporcionou aqui grandes debates. Agradeço a esse espaço, como agradeço ao nosso Luiz Afonso, que sempre nos ajudou, a todos e todas; aos funcionários desta Casa; aos servidores; aos terceirizados; a todo o pessoal da imprensa da Câmara da Comunicação, e aos colegas e às colegas. Eu saio daqui de cabeça erguida, farei política, como sempre fiz na minha vida, em outros espaços. Muito obrigada pela convivência, que a gente possa seguir trilhando o caminho de fazer o bem para a nossa cidade, que tantos amamos. Muito obrigada.

Vereadora Fernanda Barth (PL): Queria parabenizar o Presidente Mauro pela condução deste ano inteiro que nós tivemos tantos desafios, tantos projetos aprovados para o benefício da cidade. Queria aqui deixar a minha despedida para os vereadores que não estarão conosco em 2025, deixaram seu legado. E os outros todos convidados, como o Bosco já disse aqui, para a grande confraternização na segunda-feira no restaurante Barranco. Iremos lá nos juntar e desejar um Feliz Natal e Feliz Ano Novo para todo mundo. Sejam bem-vindos os novos e a nova presidência no ano que vem. Obrigada.

Vereador Jonas Reis (PT): Querido Presidente Mauro Pinheiro, deixo aqui um abraço, em nome do Partido dos Trabalhadores e das trabalhadoras, a Vossa Excelência pela condução dos trabalhos; a toda Mesa, a todos os servidores da Casa, no nome do Luiz Afonso, deixo esse abraço. Mas quero registrar aqui o bom convívio entre as representações diferentes do povo de Porto Alegre, através de 36 vereadores. Vamos para 35, a nossa bancada cresce, ficamos felizes, mas quero deixar um abraço ao aprendizado que

tivemos, especialmente com o vereador João Bosco, Cassiá, Mônica, Biga, entre outros, que nos deixam neste momento, porque a transição de poder existe, seja nas prefeituras, nos parlamentos. Mas fica um aprendizado da boa luta em nome da política pública de Porto Alegre, e a cidade vai seguindo, e os nomes nossos vão passando, mas a Câmara fica, fica a altivez da Câmara, da democracia. Viva Porto Alegre, viva a Câmara, viva o trabalho de todas e todos.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Obrigado, Ver. Jonas.

Vereador Marcelo Bernardi (PSDB): Presidente Mauro Pinheiro, em nome da bancada do PSDB, quero agradecer. Sou um vereador de meio mandato, mas conseguimos fazer esse trabalho junto com todos aqui da Casa. E como foi importante nosso presidente Hamilton, na sua presidência, a sua presidência também este ano, onde conseguimos avançar muito. E com certeza cada funcionário, a cada colaborador aqui da Casa, em nome do Sr. Luiz Afonso, agora vai ser o 36. Então a nossa gratidão! Com certeza teremos um ano de muitas novidades, porque acredito que as mudanças são necessárias, muitas vezes, a todos aqueles que estão nos deixando, que não deixem de acreditar que podem, sim, continuar a fazer diferença, porque quem faz política não pode parar nunca. Então a minha gratidão ao senhor e com certeza estaremos juntos aqui no próximo ano. Muito obrigado.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Obrigado, Marcelo. Ainda bem que o Marcelo foi vereador só dois anos, já fez esse caminhão de votos, imagina se ele fica quatro anos, né? Parabéns, Marcelo.

Vereadora Psicóloga Tanise Sabino (MDB): Ele falou que ele ia dizer em dez segundos só o que ele ia falar. Mas, Presidente, quero te parabenizar pela condução dos trabalhos neste ano, de forma tranquila, serena, com diálogo. Parabéns! Nosso querido diretor Luiz Afonso também, que sempre é um parceiro, assessorando de forma técnica. Aproveito para também desejar

a todos os colegas um feliz Natal, um feliz Ano Novo e uma próxima gestão de muito sucesso.

Vereador José Freitas (REPUBLICANOS): Presidente Mauro, mais uma vez parabéns. Como nós já tínhamos conversado pela manhã, parabéns pela condução dos trabalhos, a gente aprendeu muito com o senhor. Quero deixar aqui um abraço para os colegas, infelizmente, que nos deixam nessa Casa, inclusive meu colega, Ver. Alvoní. Quero deixar um abraço aqui para todos os servidores desta Casa, aqueles que conduzem os trabalhos. Que Deus possa abençoar grandemente o nosso próximo mandato, abençoar esta Casa, e continuar abençoando os nossos trabalhos. Parabéns, feliz Natal e um próspero ano 2025. Um abraço a todos do tamanho do Rio Grande.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Obrigado, vereador José Freitas, bom mandato ao senhor, e boa presidência no terceiro ano desta Casa. Se não virar deputado antes, não é, vereador?

Vereador Hamilton Sossmeier (PODE): Presidente Mauro, quero te parabenizar pelo trabalho desse ano, nessa legislatura, quatro presidentes, Márcio Bins Ely, Idenir Cecchim, Hamilton, Mauro, e agradecer em nome da bancada, meu nome, vereador Giovane Byl, agradecer por todo esse aprendizado, não só contigo, mas também dos pares que estão deixando esta Casa. Àqueles que estão chegando, dou as boas-vindas, e queremos aqui desejar para a próxima legislatura que seja muito abençoada e também um ano novo muito abençoado para todos. Muito obrigado.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Obrigado, Sossmeier.

Vereadora Cláudia Araújo (PSD): Presidente Mauro, quatro anos de muito trabalho que se encerram com esta última sessão para que a gente possa começar mais quatro anos também de muito trabalho, porque Porto Alegre

precisa e merece. Nós tivemos aí o vereador Mauro, o Márcio Bins Ely como primeiro presidente, depois nós tivemos o Ver. Cecchim, o vereador Hamilton, de cuja Mesa Diretora fiz parte, e nós conseguimos avançar muito, melhorar muitas coisas, foi nos 250 anos da Casa. E agora também o presidente Mauro, que sempre esteve com as portas abertas para nos receber, para nos ouvir, para nos ajudar, dentro do possível. Quero te agradecer muito por tudo isso, agradecer ao prefeito Sebastião Melo pela confiança de três anos de ser vice-líder do governo e termos aprovado 100% dos projetos. Nós falhamos com um dos projetos, com um voto, isso faz parte, infelizmente, não é o que nós gostaríamos, mas pode acontecer e aconteceu. Mas nós vamos seguir trabalhando para que a gente possa cada vez mais fazer mais por Porto Alegre. Fica aqui o meu abraço carinhoso aos meus colegas que se despedem nessa gestão, mas tenho certeza de que a nossa amizade vai perpetuar para todos sempre. Obrigada.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Obrigado, vereadora. A senhora foi incansável como vice-líder. Parabéns, vereadora Cláudia Araújo.

Vereador João Bosco Vaz (PDT): Presidente Mauro, o PDT se soma a tudo que foi dito aqui, tudo verdadeiro, te dar um grande abraço, um beijo no teu coração, obrigado pela sua parceria de tantos anos aqui, sucesso para ti, saúde e paz.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Obrigado, Bosco. Então, todos os vereadores já se manifestaram. Quero dizer que eu já fui eleitor do Bosco. Já fui teu eleitor, né, Bosco?

Muito obrigado a todos, um bom Natal e um feliz Ano Novo a todos.
Estão encerrados os trabalhos da presente sessão.

(Encerra-se a sessão às 18h54min.)

(Os pronunciamentos desta sessão não foram revisados pelas oradoras e pelos oradores.)

* * * * *